



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE – UFRN
Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-graduação em Ciências Contábeis

MAYARA BEZERRA BARBOSA

**NATUREZA DOS RESULTADOS ABRANGENTES DETERMINANTES DAS
MUDANÇAS EM ÍNDICES DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA NAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

NATAL – RN
2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB

Reitor:

Professor Doutor Ivan Marques de Toledo Camargo

Vice-Reitora:

Professora Doutora Sônia Nair Baó

Decano de Pesquisa e Pós-Graduação:

Professor Doutor Jaime Martins de Santana

Diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Roberto de Goes Ellery Junior

Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais:

Professor Mestre Wagner Rodrigues dos Santos

**Coordenador Geral do Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós Graduação
em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN**

Professor Doutor Rodrigo de Souza Gonçalves

MAYARA BEZERRA BARBOSA

**NATUREZA DOS RESULTADOS ABRANGENTES DETERMINANTES DAS
MUDANÇAS EM ÍNDICES DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA NAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Dissertação nº 285 submetida ao Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UnB/UFPB/UFRN), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Impactos da Contabilidade na Sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Adilson de Lima Tavares.

**NATAL - RN
2014**

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Barbosa, Mayara Bezerra.

Natureza dos resultados abrangentes determinantes das mudanças em índices de análise econômico-financeira nas demonstrações contábeis / Mayara Bezerra Barbosa. – Natal, RN, 2014.

79 p.

Orientador: Prof. Dr. Adilson de Lima Tavares.

Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa Multi-institucional e Inter-regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis.

1. Resultados Abrangentes – Dissertação. 2. Demonstrações contábeis – Dissertação. 3. Índices Econômico-financeiros - Dissertação. I. Tavares, Adilson de Lima. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 657

MAYARA BEZERRA BARBOSA

**NATUREZA DOS RESULTADOS ABRANGENTES DETERMINANTES DAS
MUDANÇAS EM ÍNDICES DE ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA NAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Dissertação nº 285 apresentada ao Programa Multi-Institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em cumprimento às exigências para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Aprovada em: 26 / 02 / 2015

Prof. Dr. Adilson de Lima Tavares
Orientador
(UnB/UFPB/UFRN)

Prof. Dr. Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante
Membro Examinador Interno
(UnB/UFPB/UFRN)

Prof. Dr. Hélio Roberto Hékis
Membro Examinador Externo
(UFRN)

Dedico este trabalho à minha prima Geiscica Hellen (*in memoriam*) que partiu, mas deixou seus ensinamentos de felicidade constante, amor ao próximo, humildade e paciência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por tudo que tem me proporcionado nesta vida: saúde, conquistas, pela graça de ter uma família estruturada e por tanto amor, todas as vitórias e desafios são providências divinas que passamos e sei que sempre está no controle de tudo. O meu muito obrigado Senhor.

Agradeço aos meus pais, Max Alves e Maria das Neves, por todo incentivo desde os meus primeiros passos, por muitas vezes abdicarem de seus sonhos para tornarem reais os meus e de meus irmãos, Max Victor e Magno Bezerra, e a esses também agradeço pelo apoio e estímulo durante todo esse processo.

Ao meu noivo, Davis Costa, pelo imensurável apoio, compreensão e incentivo durante todo esse período que estive dedicada à consecução deste objetivo. Você foi fundamental e espero, agora, poder retribuir tudo que me proporcionou.

Aos demais familiares e amigos de longas datas que sempre me passavam conforto e compreensão pela ausência nos nossos finais de semana.

Ao meu orientador e Professor, Dr. Adilson de Lima Tavares, por toda confiança que me concedeu, pelos conselhos dados e pela calma que conduziu todo este trabalho. Sua contribuição foi decisiva e valiosa ao desenvolvimento e conclusão do mesmo.

A todos os professores: Dr. Edilson Paulo, Dra. Márcia Reis, Dr. Paulo Amilton, Dr. Aldo Callado, Dr. Paulo Roberto Cavalcante, Dra. Aneide Oliveira Araújo e Dr. Paulo Aguiar, pelos conhecimentos repassados e por toda a amizade construída.

Ao prof. Erivan Ferreira Borges, Coordenador Regional do Programa no Rio Grande do Norte, e demais funcionários do Programa, Ridan, Iva e Wilma, que sempre nos recebiam com atenção e presteza.

Aos amigos que ganhei no mestrado, Tarso, Raimundo, Marcelo, Audenôra e Juliana, pelas alegrias e preocupações, em especial minhas companheiras, Nyalle Matos e Andréa Freire, até os momentos difíceis foram bons aos seus lados. Ao nobre Gilberto Magalhães por toda disponibilidade e ajuda durante todo o mestrado, espero um dia poder retribuí-lo.

Ao CRMV-RN, em especial Dr. Francisco F. Lima, Maria Zélia e Meire Ingrid pelo apoio e compreensão durante este período.

Por fim, a todos que embora não mencionados, contribuíram para finalização deste projeto acadêmico, o meu muito obrigado.

Apesar dos nossos defeitos, precisamos enxergar que somos pérolas únicas no teatro da vida e entender que não existem pessoas de sucesso ou pessoas fracassadas. O que existe são pessoas que lutam pelos seus sonhos ou desistem deles.

(Augusto Cury)

RESUMO

O estudo tem como objetivo conhecer a natureza dos resultados abrangentes (RA) contabilizados no patrimônio líquido das companhias e os reflexos nos índices de estrutura de capital e rentabilidade decorrentes de seus reconhecimentos nas demonstrações contábeis. Com relação à metodologia, fora utilizada, inicialmente, a análise de conteúdo das notas explicativas das companhias que fizeram parte da amostra, sendo essa 175 empresas não financeiras listadas nos segmentos de governança corporativa da BM&FBovespa, que tenham publicado suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em dezembro de 2013. Após, calculou-se os índices de estrutura de capital e rentabilidade das referidas empresas, e esses foram reconstruídos excluindo-se os resultados abrangentes reconhecidos no patrimônio líquido, sendo posteriormente comparados. Os testes estatísticos *Kolmogorov-Smirnov* (K-S) e Wilcoxon foram utilizados para verificar, respectivamente, a normalidade dos dados e a existência de significância quanto aos reflexos decorrentes do reconhecimento dos RA. A análise possibilitou conhecer dez naturezas de resultados abrangentes, estando essas distribuídas nas três principais contas patrimoniais, quais sejam: Ajuste de Avaliação Patrimonial, Ajustes Acumulados de Conversão e Outros Resultados Abrangentes. Os resultados indicam que são reconhecidos valores relevantes em algumas empresas referentes a resultados abrangentes em relação ao PL e estes interferem substancialmente nos resultados dos IEF, aumentando ou diminuindo a estrutura de capital disponível para financiar a empresa e a rentabilidade obtida dos negócios, sendo estes reflexos de saldos acumulados positivos ou negativos presentes nos RA que representam resultados não realizados no período. O teste de Wilcoxon permitiu identificar que existem diferenças significativas entre os indicadores do Giro do PL, Participação de Capital de Terceiros, Passivo sobre o total de recursos (CT + CP) e Dívida Financeira sobre o PL, calculados na forma tradicional de seus índices e após, recalculados. Somente o Return on Equity (ROE) não apresentou diferença significativa.

Palavras-chaves: Resultados Abrangentes. Demonstrações contábeis. Índices Econômico-financeiros.

ABSTRACT

The study aimed at knowing the nature of comprehensive income (RA) recorded in equity of companies and reflections by in capital structure index and profitability arising from its recognitions in the accounting statements. With respect to methodology, out initially used the content analysis of the explanatory notes to the companies that were part of the sample, and these 175 non-financial listed companies in the corporate governance segments of the BM&FBovespa, who have published its accounting statements for the year ended in December 2013. After, we calculated the capital structure indices and profitability of these companies, and these were reconstructed excluding comprehensive income recognized in equity, and subsequently compared. Statistical tests Kolmogorov-Smirnov (KS) and Wilcoxon were used to verify, respectively, the normality of the data and the existence of significance how much the reflexes of recognition of RA. The analysis made it possible know ten natures of comprehensive income when these distributed in the three principal equity accounts, as follows: Equity Adjustment, Cumulative Translation Adjustments and Other Comprehensive Income. The results indicate that relevant values are recognized in some companies relating to comprehensive income in relation to PL and these interfere substantially the results of IEF, increasing or decreasing the capital structure available to fund the company and the profitability earned business, and these reflections positive or negative balances accumulated present in RA that represent unrealized results in the period. The Wilcoxon test allowed to identify that there are significant differences between the indicares of the PL Giro, Third Capital Participation, passive over the total resources (CT + CP) and financial debt on equity, calculated in the traditional way its indexes and after, recalculated. Only the return on equity (ROE) presented no significant difference.

Keywords: Comprehensive Income. Accounting statements. Economic and financial indexes

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Composição do Lucro Abrangente	27
Figura A1 –	Análise descritiva das variáveis.....	75
Figura A2 –	Teste de Normalidade dos itens.....	75

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 –	Natureza dos RA: Ajuste de Avaliação Patrimonial.....	52
Gráfico 02 –	Relevância dos valores contabilizados em Ajustes Acumulados de Conversão.....	53
Gráfico 03 –	Natureza dos RA: Outros Resultados Abrangentes.....	54
Gráfico 04 –	Percentual dos valores dos RA acumulados sobre o PL das empresas.....	57

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –	Quantitativo de empresas listadas por segmento de governança corporativa.....	40
Tabela 02 –	Patrimônio Líquido da Cia IOCHPE MAXION S.A.....	42
Tabela 03 –	Percentual de reconhecimento dos RA por segmento.....	46
Tabela 04 –	Representatividade do resultado abrangente sobre o patrimônio líquido por setor.....	55
Tabela 05 –	Empresas com maiores percentuais de RA sobre PL.....	58
Tabela 06 –	Retorno sobre o PL Cia Forjas Taurus S.A.	58
Tabela 07 –	Índice Capital Terceiros sobre Passivo total + PL.....	59
Tabela 08 –	Estatísticas Descritivas dos Indicadores Econômico-Financeiros.....	60
Tabela 09 –	Comparação das médias dos Indicadores Econômico-Financeiros antes e após os ajustes no PL.....	61
Tabela 10 –	Teste estatístico de <i>Kolmogorov Smirnov</i>	61
Tabela 11 –	Teste estatístico de Wilcoxon.....	62
Tabela A1 –	Listagem das companhias de capital aberto.....	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Itens que compõem os Outros Resultados Abrangentes e suas respectivas Normas.....	30
Quadro 02 – Características dos segmentos/níveis de governança corporativas BM&FBovespa.....	39
Quadro 03 – Empresas da amostra organizadas por setores.....	40
Quadro A1 – Teste da diferença de médias.....	76

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAC	Ajuste Acumulado de Conversão
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar
BP	Balanco Patrimonial
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CP	Capital Próprio
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CT	Capital de Terceiros
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
DF	Dívida Financeira
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DMPL	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
DRA	Demonstração do Resultado Abrangente
DRE	Demonstração do Resultado do Exercício
DVA	Demonstração do Valor Adicionado
FASB	Financial Accounting Standards Board
GPL	Giro do patrimônio líquido
IASB	International Accounting Standards Board
IEF	Índices Econômico-Financeiros
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i>
LL	Lucro Líquido
NDF	Non Deliverable Forward
ORA	Outros Resultados Abrangentes
PCT	Participação de capital de terceiros
PL	Patrimônio Líquido
RA	Resultado Abrangente
ROE	Return on Equity
RSPL	Retorno sobre o Patrimônio Líquido
SFAS	<i>Statement of Financial Accounting Standard</i>
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA	14
1.2 OBJETIVOS	17
1.2.1 Objetivo Geral	17
1.2.2 Objetivos Específicos	17
1.3 JUSTIFICATIVA	18
1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	19
1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	21
2.1 INFORMAÇÕES E AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	21
2.1.1 Divulgação do Resultado Abrangente (DRA)	23
2.2 RESULTADOS ABRANGENTES	25
2.2.1 Lucro Líquido versus Lucro Abrangente	26
2.2.2 Os resultados abrangentes no patrimônio líquido	28
2.2.2.1 Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP).....	29
2.2.2.2 Outros Resultados Abrangentes (ORA)	30
2.3 TOMADA DE DECISÃO E OS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS.....	32
3 METODOLOGIA	37
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	37
3.2 EMPRESAS SELECIONADAS E COLETA DOS DADOS	38
3.3 TÉCNICAS PARA ANÁLISE DOS DADOS	41
3.3.1 Testes estatísticos	43
3.4 SELEÇÃO DOS ÍNDICES	44
4 ANÁLISE DOS RESULTADOS	46
4.1 RECONHECIMENTO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	46

4.2 NATUREZA DOS RESULTADOS ABRANGENTES	47
4.2.1 Imposto Diferido em resultados abrangentes	51
4.2.2 Natureza dos resultados abrangentes por contas patrimoniais	52
4.3 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA	55
4.3.1 Avaliação dos resultados abrangentes das empresas por setor	55
4.3.2 Percentual de resultados abrangentes contabilizados no PL das empresas selecionadas	56
4.4 REFLEXOS NOS IEF DECORRENTES DO RECONHECIMENTO DE RESULTADOS ABRANGENTES NO PL	60
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	64
REFERÊNCIAS	66
APÊNDICES	72

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO E PROBLEMA

O processo de convergência às Normas Internacionais de Contabilidade, com adoção dos *International Financial Reporting Standards* (IFRS), segundo Martins e Paulo (2010), visa melhorar a transparência e o grau de comparabilidade das informações contábeis entre as empresas e, por conseguinte, à melhoria da qualidade dessas informações. Gonçalves *et al.* (2014) afirmam que este processo tornou a informação contábil mais relevante aos usuários da contabilidade.

Segundo Pereira (2011) as demonstrações contábeis preparadas num mesmo padrão internacional são possíveis de serem comparadas em nível global, permitindo que ajustes e estratégias possam ser realizados tanto pelas empresas, como pelos governos e organizações, para a manutenção e viabilização de suas economias.

No Brasil, o órgão responsável pela emissão das normas contábeis em padrão internacional e orientações a serem adotadas pelas empresas brasileiras é o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que tem seus pronunciamentos técnicos regulamentados e aprovados por diversos órgãos reguladores brasileiros, a exemplo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), que impõem a adoção dessas normas pelas empresas que se encontram subordinadas aos mesmos.

Dentre os principais fatores que impulsionaram as mudanças nas normas contábeis brasileiras ao padrão IFRS, estão o aumento da abertura de capitais, com a globalização dos mercados, o avanço da tecnologia e necessidade de comparabilidade de relatórios financeiros entre diferentes países. Segundo o CPC (2009) todo esse processo é resultado da abertura da economia brasileira para o exterior, a qual colocou as empresas brasileiras em contato direto com economias e normas contábeis mais avançadas, trazendo como consequência custos extras e dificuldade na troca de informações.

E entre as Demonstrações Contábeis exigidas pela CVM, em sua Deliberação nº 595, que aprovou em 15 de dezembro de 2009 o Pronunciamento Técnico CPC 26, a serem apresentadas, de forma obrigatória, pelas empresas que negociam suas ações no mercado brasileiro, encontra-se a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), que apesar de não ser mencionada pela Lei nº 11.638/2007, foi instituída pelo referido pronunciamento em atenção às Normas Internacionais de Contabilidade, no qual passou-se a adotá-las no Brasil a

partir do exercício de 2008, momento este em que muitas companhias tiveram que rerepresentar suas demonstrações contábeis publicadas já ajustadas ao novo padrão de contabilidade IFRS.

Como reflexo das significativas mudanças ocorridas nos elementos patrimoniais, o Patrimônio Líquido das entidades também experimentou diversas mudanças, tema que ganhou destaque após a alteração da legislação societária em 2007, em virtude da extinção de algumas de suas contas, reclassificação de outras e criação de subgrupos.

Santos e Schmidt (2011, p. 17) afirmam que o Patrimônio Líquido (PL) representa a diferença entre o valor do ativo e o do passivo exigível, que é o valor contábil que pertence à entidade como um todo, distinguindo-se dos interesses pessoais dos proprietários que a constituíram. Sendo assim, o PL é simplesmente o valor residual entre estes elementos.

O PL é composto por transações relacionadas a seus sócios e acionistas, assim como por resultados abrangentes contabilizados juntos ao mesmo, que tratam de variações que ocorrem neste elemento patrimonial resultantes de transações e outros eventos que não sejam relacionadas a transações com os seus detentores de capitais, ou seja, na qualidade de proprietários (CPC, 2011) e que permanecem acumulados até a sua realização no resultado, representados, principalmente, pelas contas de “ajuste de avaliação patrimonial” e “outros resultados abrangentes”, que muitas vezes encontram-se com saldos relevantes em relação ao total do PL do exercício.

O resultado abrangente, segundo Gonzales (2013), agrupa resultados do período, outros resultados abrangentes e transferências de outros resultados abrangentes de períodos anteriores para o resultado do período. É necessário, todavia, distinguir Resultado Abrangente (RA), conforme fora definido, de Outros Resultados Abrangentes (ORA) que correspondem a receitas, despesas, ganhos e perdas que não figuram no resultado líquido do período e trata-se de um componente do resultado abrangente.

O reconhecimento contábil no patrimônio líquido de novos elementos remete aos usuários das informações contábeis maior atenção. Compreende-se que um dos objetivos da contabilidade é fornecer informações úteis aos diversos usuários para que essas subsidiem suas decisões perante a empresa. Assim, para que esses interessados possam analisar corretamente as demonstrações apresentadas e a gama de informações fornecidas pela contabilidade, é preciso que haja o uso de ferramentas adequadas, tendo em vista a relevância das informações e a limitação da capacidade humana de associação, utilizando-se, desta forma, de diversas técnicas que auxiliam na interpretação e compreensão dos dados, dentre as quais se destaca a análise dos Índices Econômico-Financeiros (IEF).

De acordo com Lyra (2008), estima-se que os estudos iniciais relacionados à técnica de análise das demonstrações contábeis remontam ao final do século XIX, entretanto, seu grande problema, à época, era a falta de uniformidade nas disposições e no uso de terminologias, assim como a falta de procedimentos padrões de classificação e critérios dos demonstrativos.

Os IEF se baseiam nas informações que constam nas demonstrações contábeis divulgadas pelas empresas e sua análise consiste numa ação que norteia os investidores na aplicação de seus recursos financeiros e os detentores de capital no retorno obtido pelas operações da empresa. Segundo Lyra (2008) a análise das demonstrações contábeis consiste na observação do conjunto, na decomposição de seus elementos, no estudo das relações existentes entre cada componente, e entre este e o conjunto, devendo assim, identificar as informações úteis geradas pela análise das peças contábeis.

Diante das variações recentes ocorridas no Patrimônio Líquido das empresas, principalmente oriundas das alterações recentes da legislação societária, pela Lei nº 11.638/2007 e demais normativos, é importante vislumbrar que a análise dos indicadores econômico-financeiros das empresas, que possuem o PL como variável, como os índices acerca da estrutura de capital e da rentabilidade foram, possivelmente, afetados diretamente por estas variações e, portanto, requerem uma análise e interpretação adequada e específica.

Todavia, nem sempre o usuário da contabilidade encontra-se atento às mudanças ocorridas e o que está ocasionando as mesmas, assim como não consideram seus reflexos na tomada de decisão. De fato, caso o usuário não esteja atento às mudanças ocorridas no PL e os seus reflexos no patrimônio da companhia, poderá utilizar-se das informações com ou sem a presença desses novos componentes patrimoniais como se estas tivessem o mesmo significado e entendimento contidos em períodos anteriores, ou seja, como se tratassem da mesma informação.

A recente inclusão de novas rubricas contábeis no PL registrado no Balanço Patrimonial ainda pode gerar dificuldades no entendimento das naturezas que as compõem, da mesma maneira na identificação de reflexos nos índices econômico-financeiros nas demonstrações contábeis. Desta forma, busca-se, através do presente estudo, responder a seguinte questão de pesquisa: ***Quais as naturezas dos resultados abrangentes contabilizados no Patrimônio Líquido e os reflexos nos índices econômico-financeiros decorrentes de seus reconhecimentos nas demonstrações contábeis?***

1.2 OBJETIVOS

A seguir define-se o objetivo geral e os específicos que nortearam o presente trabalho:

1.2.1 Objetivo Geral

Conhecer a natureza dos resultados abrangentes contabilizados no PL e os reflexos nos índices de estrutura de capital e rentabilidade decorrentes de seus reconhecimentos nas demonstrações contábeis das empresas.

1.2.2 Objetivos Específicos

- a) Identificar as informações contábeis relativas à natureza dos resultados abrangentes, reconhecidos no Patrimônio Líquido dos balanços das empresas listadas na Bolsa de Mercadoria e Futuros (BM&FBovespa), no exercício de 2013;
- b) Comparar índices econômico-financeiros relativos à estrutura de capital e rentabilidade das empresas, considerando o Patrimônio Líquido com os resultados abrangentes publicados e excluindo-os do cálculo dos respectivos Índices Econômico-Financeiros (IEF);
- c) Analisar se os reflexos decorrentes do reconhecimento dos resultados abrangentes são estatisticamente significantes nos índices econômico-financeiros relativos à estrutura de capital e rentabilidade das companhias listadas na BM&FBovespa, no período abrangido pelo estudo.

1.3 JUSTIFICATIVA

A convergência das Normas Brasileiras de contabilidade às Normas Internacionais trouxe significativas mudanças à prática contábil. É notório o crescimento no interesse de estudiosos em realizar pesquisas e publicações voltadas a examinar as alterações ocorridas no Patrimônio Líquido, Lucro Líquido e ingresso de novos componentes as demonstrações contábeis, como resultados abrangentes divulgados pelas empresas, a exemplo de Coelho e Carvalho (2007); Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012); Resende, Pinheiro e Maia (2011) e Santos e Calixto (2010).

Todavia, é possível perceber nesses estudos anteriores que não foi investigado e nem se tem um entendimento definido das naturezas reconhecidas contabilmente pelas empresas nestas novas rubricas acrescidas ao PL, em especial acerca dos resultados abrangentes, necessitando de mais pesquisas nessa área, que se ainda encontra muito incipiente.

O patrimônio líquido representa recursos próprios da empresa para financiar as atividades dessa, contém informações importantes aos acionistas e, portanto, todos os eventos que ocasionam mutações em seus saldos são relevantes ao processo decisório.

Os usuários da contabilidade baseiam-se em informações prestadas por ela para tomarem decisões. É uma espécie de meio de comunicação para terem conhecimento acerca das operações e do retorno da empresa, comparando-se o que se esperava obter no período e o que foi realizado. E são através das demonstrações contábeis, notas explicativas e demais relatórios divulgados pelas companhias que os mesmos conhecem as naturezas dos itens patrimoniais reconhecidas em determinado período.

Verificou-se, até o fechamento do presente trabalho, que algumas pesquisas analisaram as diferenças ocorridas nos Índices Econômico-Financeiros antes e após a conversão das Normas Contábeis Brasileiras às Normas Internacionais (MARTINS; PAULO, 2010; MOURA; COELHO, 2014;), todavia, nenhuma destas deteve-se a analisar os reflexos nos IEF decorrentes do reconhecimento dos resultados abrangentes no PL, especificamente, mesmo sabendo da relevância que estes elementos patrimoniais possuem para determinadas empresas, tanto em relação à importância para as atividades como em valores.

A presente pesquisa justifica-se, portanto, por diferenciar-se dos demais estudos citados quando busca aprofundar-se acerca das naturezas dos resultados abrangentes, reconhecidos no PL no Balanço Patrimonial e os reflexos nos índices de estrutura de capital e rentabilidade, decorrentes do reconhecimento desses nas demonstrações contábeis das

empresas que poderão influenciar nas decisões tomadas pelos usuários da informação contábil.

O presente estudo poderá contribuir no avanço das pesquisas que envolvam o tema e no estado da arte acerca do assunto, sendo esse conteúdo relativamente novo no cenário contábil brasileiro, buscando-se o aprimoramento do entendimento dos usuários, visto que as alterações foram adotadas recentemente pelas empresas brasileiras, o que provoca ainda muitas dúvidas e discussões quanto à finalidade e reconhecimento dos resultados abrangentes nas demonstrações contábeis.

Colaborará, ainda, para reflexão acerca das variáveis contábeis adequadas a comporem os IEF e no entendimento dos eventos que representam as naturezas dos resultados abrangentes que estão registrados no PL e também compõem os índices que subsidiarão os usuários da contabilidade com informações úteis em suas análises das demonstrações contábeis após a convergência das Normas Brasileiras de contabilidade aos padrões IFRS.

1.4 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

O estudo é delimitado à análise das naturezas dos resultados abrangentes inseridos no Patrimônio Líquido das companhias e aos Índices Econômico-Financeiros de estrutura de capital e rentabilidade que têm como variável o valor do PL publicado nas demonstrações contábeis do exercício 2013 pelas empresas dos segmentos de governança corporativa da BM&FBovespa.

Esta dissertação deteve-se ao exercício 2013, devido ao volume de documentos, que correspondeu a todas as notas explicativas do período das empresas da amostra, e a limitação no tempo para execução deste trabalho, não sendo possível estender os resultados e a evidenciação encontrada das naturezas dos resultados abrangentes a outros períodos, mesmo sabendo-se que muitos desses registros são acumulados por longos períodos.

O presente estudo não pretendeu se aprofundar nas demais alterações ocorridas nas demonstrações contábeis a partir da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade pelo Brasil, apesar de algumas terem sido mencionadas no decorrer deste trabalho.

A escolha do segmento de governança corporativa da BM&FBovespa (Novo mercado, Nível 2, Nível 1 e Mais Bovespa) deu-se devido estas empresas aderirem a níveis de governança corporativa diferenciados das demais companhias brasileiras, desempenhando um papel importante no fornecimento de informações e prestação de contas aos seus usuários, permitindo uma visão sistêmica e dimensional da entidade, minimizadores de possíveis riscos

de distorções das informações evidenciadas, assim como maior comprometimento com seus acionistas. Outro determinante corresponde ao número considerável de participantes deste mercado, o que pode levar a atingir, com os resultados encontrados, grande parte dos interessados no mercado de capitais brasileiros.

1.5 ESTRUTURA DO TRABALHO

Para que o leitor compreenda a organização do presente trabalho, descreve-se a seguir de forma resumida a sua estrutura, que se encontra constituída em cinco capítulos. Sendo nesta parte introdutória apresentada a contextualização do problema de pesquisa, os objetivos definidos para solucioná-lo, a justificativa e delimitação da pesquisa.

No segundo capítulo são apresentadas as principais teorias e estudos relacionados ao tema, abordando-se as informações e demonstrações contábeis; resultados abrangentes e seu reconhecimento no patrimônio líquido; o processo de tomada de decisão e a análise por meio de Indicadores Econômico-Financeiros.

O capítulo terceiro trata dos procedimentos metodológicos usados no desenvolvimento da pesquisa, constando a seleção da amostra e suas particularidades, a coleta dos dados, seleção e descrição dos IEF e, por fim, os métodos e técnicas da análise para consecução dos objetivos.

A análise e apresentação dos resultados são evidenciados no quarto capítulo.

Sendo o quinto e último capítulo reservado às Considerações Finais, apresentando-se as respostas ao problema levantado, bem como as sugestões de novas pesquisas sobre o tema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis elaboradas em conformidade com os padrões internacionais de contabilidade e mediante os normativos brasileiros, formam o conjunto de informações que retratam a situação patrimonial, financeira e de resultados de uma empresa.

Conforme entendimento de Resende, Pinheiro e Maia (2011), o conjunto de normas internacionais objetiva o melhor entendimento por parte dos usuários das informações contábeis, em qualquer parte do mundo em que estejam, sendo a expectativa da convergência das Demonstrações Contábeis para o padrão da *International Financial Reporting Standards* (IFRS) de levar aos investidores o acesso a relatórios contábeis comparáveis entre as empresas e, conseqüentemente, diminuir a assimetria informacional entre os usuários interno e externo das demonstrações contábeis.

Lin e Rong (2012) afirmam que nas transações comerciais, algumas pessoas podem ter superioridade informativa sobre os outros. Se for esse o caso, a assimetria da informação aparecerá e essa é a raiz do problema no processo de divulgação da informação contábil. A assimetria da informação ocorre quando há níveis diferentes de informações entre os usuários internos e externos, ou seja, nem todas as informações são conhecidas pelas partes de um negócio e, portanto, certas conseqüências nas decisões não são por elas consideradas (HENDRIKSEN; VAN BREDÁ, 1999, p. 139).

Assim, é sugerido no Pronunciamento da Estrutura Conceitual, emitido pelo CPC, bem como pelos demais órgãos responsáveis pela normatização contábil, que as empresas produzam informações que atendam ao maior número possível de usuários, sem deter-se, todavia, aos interesses individuais. Cada participante possui interesses individuais na organização e mediante estes interesses dará em troca algo que lhe proporcionará atingir seus objetivos. São espécies de contratos explícitos ou implícitos, de curto ou longo prazo, que caracterizam o relacionamento entre as partes, explicado muitas vezes pela Teoria Contratual da Firma e o funcionamento adequado da empresa dependerá do equilíbrio contratual estabelecido (LOPES; MARTINS, 2012).

Diversos são os interessados na contabilidade e é mediante a necessidade evidenciada pelos mesmos que se determinará a forma como a informação contábil será apresentada para ser útil em cada processo, dos quais pode-se destacar os investidores e acionistas (com interesses na lucratividade, retorno e distribuição de dividendos); os empregados (que visam a

retribuição de sua força de trabalho com boas remunerações e benefícios pelo desempenho da organização); os credores (que vislumbram a capacidade da empresa em saldar seus compromissos); os fornecedores (que avaliam a liquidez e produção em troca de bons negócios) e o governo (que identifica as operações que resultam em pagamentos de tributos).

Para apresentar as informações contábeis de forma organizada fora estabelecido o conjunto completo das demonstrações contábeis, trazido pelo Pronunciamento Técnico CPC 26_R1 (CPC, 2011), a serem elaboradas e publicadas pelas empresas brasileiras devendo ser composto por aquelas que já eram obrigatórias, tais como Balanço Patrimonial (BP), Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) e as que passaram a ser exigidas, quais sejam: a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e Demonstração do Valor Adicionado (DVA) quando divulgada voluntariamente ou imposta por algum órgão regulador ou, ainda, exigida legalmente; as duas últimas impostas após a Lei nº 11.638/2007. Não menos importante, as notas explicativas fazem parte desse rol de documentos a serem divulgados.

As demonstrações contábeis são resultados do processo de reconhecimento, mensuração e evidenciação do processo contábil, sendo ferramentas prospectivas da atividade empresarial; embora tenha sido por décadas consideradas retratos do passado, seu principal papel no mundo corporativo é informar sobre o futuro esperado à luz do passado realizado (GONZALES, 2013).

Novos elementos foram inseridos nas demonstrações contábeis a serem divulgadas pelas empresas brasileiras: alterações de conceitos já existentes como os de ativos e passivos, surgimento de novos componentes no patrimônio líquido, assim como exclusões de outros, reclassificação de contas e entendimentos de contabilização diferentes para itens já existentes. Estas foram algumas das alterações trazidas pela convergência às normas internacionais de contabilidade, buscando tornar os relatórios contábeis mais úteis, confiáveis, transparentes, compreensíveis e que reflitam a realidade econômico-financeira da empresa.

Todas essas mudanças visam, sobretudo, atender às demandas e necessidade do mercado, que necessita de informações com maior qualidade e confiabilidade. Barth, Landsman e Lang (2007) ao analisarem a adoção das IFRS constataram que em 21 países as empresas que adotaram às referidas normas apresentaram maior qualidade na informação contábil e evidenciaram melhor as informações entre os períodos pré e pós-adoção, diminuindo inclusive o gerenciamento de resultados e reconhecendo mais rapidamente as perdas na contabilidade.

2.1.1 Divulgação do Resultado Abrangente

A Demonstração do Resultado Abrangente passou a ser obrigatória a partir da convergência da contabilidade brasileira às normas internacionais, com emissão, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, dos Pronunciamentos Técnicos – CPC's, e determinações de órgãos reguladores brasileiros, como a Comissão de Valores Mobiliários. Ela é elaborada a partir da soma do resultado líquido apresentado na DRE com outros resultados abrangentes, sendo estes as mutações do patrimônio líquido que não representam receitas e despesas realizadas, e que poderão futuramente afetar o resultado ou permanecer sem esse trânsito (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010, p. 477).

O Pronunciamento Técnico nº 26_R1 (CPC, 2011) – Apresentação das Demonstrações Contábeis – introduziu informações acerca da composição dos demonstrativos contábeis. Sobre a DRA, definiu que esta deve conter, no mínimo, as seguintes rubricas:

- (a) Resultado líquido do período;
- (b) Cada item dos outros resultados abrangentes classificados conforme sua natureza;
- (c) Parcela dos outros resultados abrangentes de empresas investidas reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial; e
- (d) Resultado abrangente do período.

No Brasil, a primeira versão do CPC 26 permitia a divulgação do Resultado Abrangente como parte da DMPL; todavia, a partir de 2011, após revisões nas normas brasileiras e em atenção as Normas Internacionais do *Financial Accounting Standards Board* (FASB) e *International Accounting Standards Board* (IASB) em vigor, o mesmo passou a ser divulgado pelas empresas brasileiras em uma demonstração própria (a DRA), podendo ainda ser encontrada, de forma complementar, dentro da Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Outra condição imposta a sua divulgação foi de serem evidenciados separadamente os resultados abrangentes totais do período atribuíveis à participação dos sócios não controladores e à dos detentores do capital próprio da empresa controladora, assim como ocorre com o resultado líquido do período.

Nos países que adotam a divulgação dos resultados abrangentes pelas normas do FASB ou IASB é possível que esta divulgação seja feita em uma demonstração única com a

DRE, dando continuidade ao resultado líquido do exercício; ou de forma separada, com o lucro líquido de forma agregada na primeira linha do demonstrativo. A primeira opção não é adotada no Brasil, sendo uma das razões conjecturadas a obrigatoriedade, previsto no Art. 187 inciso VII da Lei nº 6.404/1976 (BRASIL, 1976), da presença do resultado por ação consecutivo à DRE, fazendo parte desta, fato este não alterado pela emissão da Lei nº 11.638/2007. Entretanto, na versão de divulgação conjunta dos Comitês Internacionais continuou-se divulgando o lucro por ação, mantendo-se a base de cálculo pelo lucro líquido, o que não interferiria na informação contábil e atendimento à legislação caso a opção fosse adotada no Brasil.

Estudos apontam a existência de divergências acerca da forma de apresentação dos resultados abrangentes. Em 2000, Maines e McDaniel (2000) examinaram como o processamento do resultado abrangente por investidores não profissionais é afetado por diferentes formatos de apresentações em relação à volatilidade dos ganhos e perdas não realizados em títulos e valores mobiliários disponíveis para venda. Os achados revelaram que os investidores menos sofisticados são mais propensos a usarem a informação do resultado abrangente para avaliação corporativa e de gestão se esta for apresentada em uma demonstração do resultado abrangente separada. Corroborando Hirst e Hopkins (1998), que analisaram a volatilidade no valor das ações percebida por analistas financeiros quando da divulgação do resultado abrangente na DRA ou na DMPL e constataram que os profissionais estão mais propensos a descobrir evidências de gerenciamento de resultados quando a divulgação ocorrer na demonstração do resultado abrangente, visto que se torna mais transparente a informação.

Pandit, Rubenfield e Phillips (2006) buscaram identificar o método predominante de reconhecimento dos resultados abrangentes, dentre os reconhecidos pela *Statement of Financial Accounting Standard* - SFAS 130, por 100 empresas listadas na *National Association of Securities Dealers Automated Quotations* (NASDAQ), com exercícios terminados em ou após 31 de dezembro de 2002. Estes autores constataram que a maioria das empresas da amostra reconheciam tais resultados juntamente com a demonstração das mutações do patrimônio líquido, tendo as demais os apresentados na demonstração do resultado ou demonstração separada. Por fim, estes autores afirmam não ser possível concluir que o modo predominante de apresentar os resultados abrangentes evidenciado na pesquisa pode ser considerado mais conveniente para a tomada de decisão dos investidores.

É necessário destacar que as referidas pesquisas foram realizadas anteriormente às alterações da SFAS 130, ocorridas em junho de 2011 pelo *Topic 220*, que extinguiu a

divulgação dos resultados abrangentes junto a DMPL, fundamentando-se nos argumentos de aumentar a comparabilidade e transparência da divulgação das informações e o detalhamento dos outros resultados abrangentes; bem como de proporcionar a convergência das Normas Contábeis nos Estados Unidos às IFRS, já lançadas pelo IASB.

Apesar da grande difusão sobre a divulgação do lucro abrangente e da mesma está sendo desenvolvida internacionalmente desde o século XIX, no Brasil a discussão sobre resultado abrangente no PL fora impulsionada pelas recentes alterações já tratadas neste trabalho, pesquisas como as de Checon (2013) e Madeira e Costa Junior (2014) constataram ser grande o desconhecimento de investidores e do mercado brasileiro acerca do que são os resultados abrangentes e das informações evidenciadas nos demonstrativos contábeis relacionados a estes.

2.2 RESULTADOS ABRANGENTES

O CPC, no Pronunciamento Técnico nº 26_R1, buscou definir o conceito de resultado abrangente, considerando este ser a mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período que resulta de transações e outros eventos que não sejam derivados de transações com os sócios (aumento ou diminuição de capital social, distribuição de lucros ou compra e venda de bens e quotas próprias dos sócios) na sua qualidade de proprietários.

Ainda segundo o referido Comitê, toda a mutação do patrimônio líquido é formada por apenas dois conjuntos de valores: transações de capital com os sócios e resultado abrangente total. E o resultado abrangente total é formado, por sua vez, de três componentes: o resultado líquido do período, os outros resultados abrangentes e o efeito de reclassificações dos outros resultados abrangentes para o resultado do período.

O FASB (*Financial Accounting Standards Board*) introduziu a discussão acerca dos padrões a serem seguidos no relatório e divulgação dos resultados abrangentes, ainda em junho de 1997, no pronunciamento 130 (*Reporting Comprehensive Income*) que estabelecia, sobretudo, que algumas receitas, despesas, ganhos e perdas não realizados deveriam ter o registro em conta específica do patrimônio líquido, devendo esta conta ser chamada de “Outros resultados abrangentes”.

Através da publicação do FASB Concepts nº 3 – *Elements of Financial Statements of Business Enterprises*, substituído posteriormente pelo FASB Concepts Statements Nº 6 – *Elements of Financial Statements*, apresentou-se o conceito de resultados abrangentes, sendo este semelhante ao atualmente adotado pelo órgão normativo brasileiro.

2.2.1 Lucro Líquido versus Lucro Abrangente

Hendriksen e Van Breda (1999) afirmam que a principal preocupação da moderna divulgação de informações financeiras é o fornecimento de uma medida de lucro como indicador de desempenho da empresa, tendo como extremos o lucro operacional corrente e o lucro abrangente.

Coelho e Carvalho (2007) alegaram que a utilidade do lucro será diferenciada, conforme o objetivo dos respectivos usuários; e que através dela se pode:

- a) Avaliar o desempenho da firma em períodos unitários e ao longo do tempo;
- b) Analisar a performance de administradores;
- c) Projetar/estimar fluxos futuros de caixa;
- d) Examinar o comportamento de sua variabilidade ou persistência, de modo a delimitar níveis de incerteza e fatores de risco futuro; e, não exaustivamente, e
- e) Confirmar políticas e mensurações realizadas pela empresa (COELHO; CARVALHO, 2007).

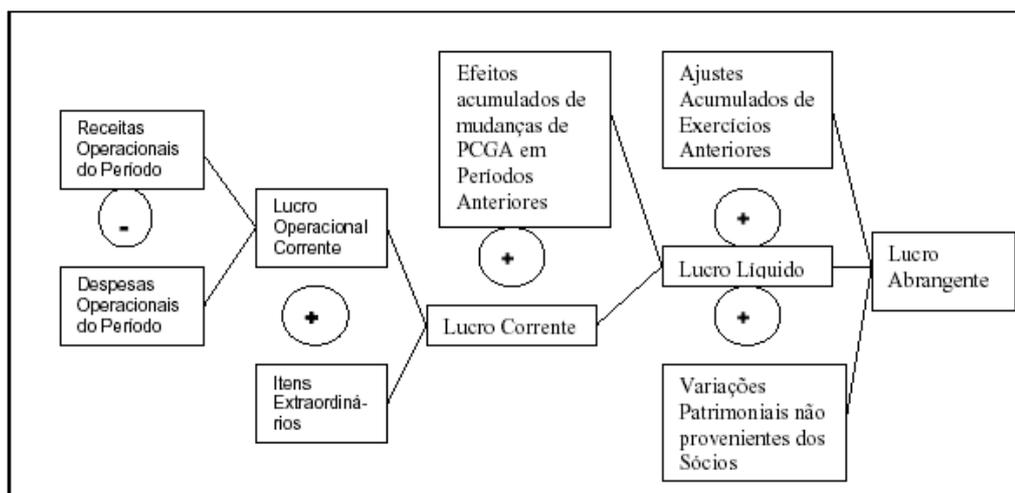
Diversos estudos averiguaram as diferentes formas de lucro, tais como lucro operacional contábil, lucro abrangente e lucro líquido e seus reflexos sobre indicadores econômico-financeiros, assim como para a qualidade da informação contábil (BIDDLE; CHOI, 2006; COELHO; CARVALHO, 2007; SOUTES; SCHVIRCK, 2006).

O resultado líquido do período é apresentado de forma destacada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), apresentando de forma resumida as operações realizadas pela empresa durante determinado exercício social, incluindo as denominadas receitas e despesas realizadas (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

No resultado do período, apresentado na DRE, são reportados os totais das receitas deduzidos das despesas, exceto os itens reconhecidos como outros resultados abrangentes não realizados que se encontram apresentados na DRA e deverão ser acumulados em contas de resultados abrangentes no patrimônio líquido.

A composição do resultado abrangente foi mapeada por Coelho e Carvalho (2007), conforme Figura 01 a seguir, na tentativa de delinear todos os elementos e conceitos associados à interpretação do lucro contábil a ser divulgado.

Figura 1 – Composição do Lucro Abrangente



Fonte: Coelho e Carvalho (2007).

Todavia, os achados dessa pesquisa constataram diferenças entre o lucro reportado e o incremento limpo do PL no setor financeiro, no período analisado de 2001 a 2004, de maneira significativa, sem que fosse percebida qualquer evidenciação reportando tais diferenças, mesmo em termos de Notas Explicativas, por parte destas sociedades.

Muitos estudiosos do conceito de resultado abrangente apresentam vantagens e desvantagens acerca desse modelo como mensuração do lucro, tendo em vista que o mesmo refere-se a resultados, porém não realizados no período em que foram reconhecidos.

Para Epstein, Nach e Bragg (2006) o Lucro Abrangente representa melhor o desempenho das empresas que o Lucro Líquido, estando inclusive nele contidas todas as modificações do Patrimônio no período reportado.

Entendimento este corroborado por Hendriksen e Van Breda (1999, p. 208) que afirmam ser o lucro abrangente mais amplo do que o lucro líquido porque inclui certas outras variações dos ativos líquido reconhecidas no período. Ainda segundo esses autores os defensores do lucro abrangente atribuem uma melhora à análise da eficiência operacional e do desempenho futuro quando baseada na experiência histórica completa da empresa em uma série de anos.

Considera-se que o lucro abrangente diminui, notadamente, a discricionariedade dos administradores em relação à inclusão ou não de itens na apuração do lucro líquido na DRE, garantindo menores possibilidades de gerenciamentos de resultados por parte destes.

Fernández e Arana (2010) analisaram os efeitos dos resultados abrangentes no ROE de 35 empresas espanholas no período de 2004 a 2008 e identificaram impactos significativos em relação ao cálculo deste IEF com o lucro líquido e, quando calculados pelo lucro abrangente,

defenderam ser importante a inclusão de outras formas de lucro mais amplas que o lucro líquido tradicional na medição de desempenho das companhias por índices de análise fundamentalista.

Contudo, Pinheiro, Macedo e Vilamaior (2012) ao analisarem a volatilidade no Lucro Líquido (LL) caso registrada a inclusão de “outros resultados abrangentes” no mesmo, constataram ser grande a volatilidade no LL com a presença destes elementos nas 21 empresas brasileiras que divulgaram informações contábeis na NYSE, no período de 2003 a 2007, sem tendência definida de aumento ou diminuição dos mesmos, causado principalmente pela conversão das demonstrações contábeis de investimentos no exterior.

Dhaliwal, Subramanyam e Trevezant (1999) não encontraram evidências claras de que o lucro abrangente tem maior capacidade explicativa do que o LL ou que esteja mais fortemente associado com retornos, mas argumenta que este seja menos associado com o valor de mercado das ações.

Outro fator negativo apontado por Rees e Shane (2012) é de que os outros resultados abrangentes são compostos de itens não recorrentes e transitórios e que por isso não seriam capazes de explicar retorno ou preços de ações.

2.2.2 Os resultados abrangentes no patrimônio líquido

Mudanças trazidas às demonstrações contábeis, pela internacionalização das normas contábeis, interferiram diretamente na composição do Patrimônio Líquido, que tem por finalidade evidenciar o valor pertencente aos sócios ou acionistas.

As informações do patrimônio líquido dependem de todas as outras informações da sociedade, portanto, ao estudá-lo, remete-se ao estudo da situação de toda uma sociedade (GONZALES, 2013). Constata-se assim que, o patrimônio líquido representa o valor residual pertencente aos acionistas, após liquidados todos os ativos e passivos da companhia, logo demonstra-se sua importância para o processo decisório dos usuários da contabilidade.

As principais fontes do PL decorrem de valores líquidos oriundos de acionistas, valores retidos na empresa (lucros retidos), reservas de capitais e resultados abrangentes.

Diversas análises econômico-financeiras são feitas a partir desse elemento patrimonial, incluindo-se todas ou parcialmente suas naturezas contábeis, sendo relevante que as informações nele registradas apresentem fidedignidade com a realidade das transações evidenciadas.

A alteração global no patrimônio líquido durante um período representa o montante total líquido de receitas e despesas, incluindo ganhos e perdas, gerado pelas atividades da entidade durante esse período (CPC 26_R1, 109), podendo esse ser realizado no exercício ou lançado ao resultado abrangente.

Silva Filho, Martins e Machado (2013) salientam que na adoção de novos critérios de mensuração para os elementos patrimoniais é suscetível de mudanças nos montantes dos números contábeis, principalmente no lucro líquido ou no patrimônio líquido, por efeito das mudanças nos montantes dos ativos e passivos, uma vez que a contrapartida das variações nos saldos, quando não descarregada no resultado é lançada na conta de ajustes de avaliação patrimonial, contas estas de resultado abrangente.

Iudícibus *et al.* (2010) confirmam que as demais variações do patrimônio líquido (ajuste de avaliação patrimonial, certos ajustes de instrumentos financeiros, variações cambiais de investimentos no exterior e outros), que poderão transitar no futuro pelo resultado do período ou irem direto para “Lucros ou Prejuízos Acumulados” devem compor os resultados abrangentes da entidade.

2.2.2.1 Ajustes de Avaliação Patrimonial (AAP)

A conta Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP) foi inserida no patrimônio líquido das empresas pela Lei nº 11.638/2007 (BRASIL, 2007), alterada posteriormente pela Medida Provisória nº 449/2008, até chegar à redação atual dada pela Lei nº 11.941/2009 (BRASIL, 2009), conforme segue:

Art. 182.

[...]

§ 3º Serão classificadas como ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos nesta Lei ou, em normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, com base na competência conferida pelo § 3º do art. 177 desta Lei. (BRASIL, 2009).

Nesse novo elemento do PL são registrados valores de ativos e passivos avaliados a preço de mercado (com saldo credor ou devedor), resultados de obrigações de benefícios pós-emprego, ajustes acumulados de conversão de demonstrações contábeis, contrapartidas de atualização pelo valor justo de determinados instrumentos financeiros, dentre outros elementos.

O valor estático desta conta no BP pode se apresentar credor ou devedor, conforme os saldos acumulados devido a cada situação. A referida conta não deve ser interpretada como uma conta de reserva, considerando tratar-se de valores que não transitaram ainda pelo resultado.

Iudícibus *et al.* (2010) definiram os ajustes de avaliação patrimonial como contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a componentes do ativo e do passivo, decorrentes da aplicação do valor justo sobre estes componentes enquanto não computadas no resultado do exercício, em atenção ao regime de competência.

Esses respectivos ajustes patrimoniais consistem em resultados abrangentes que figuram no Patrimônio Líquido da empresa, e deverão ser transferidos para o resultado do exercício na medida em que forem sendo realizados, podendo, todavia, nunca virem a se realizar.

2.2.2.2 Outros Resultados Abrangentes (ORA)

Os “Outros Resultados Abrangentes” são ganhos, perdas, receitas e despesas que transitam pelo Patrimônio Líquido e que resultam de fatos não provenientes dos sócios, a exemplo de ganhos e perdas atuariais; ganhos e perdas não realizados em títulos disponíveis para venda, avaliados pelo valor justo; ajustes a valor de mercado de títulos e valores mobiliários de longo prazo; ajustes na tradução de transações em moeda estrangeira; variação cambial sobre investimentos no exterior, “hedge” de fluxo de caixa; parcela efetiva do ganho ou perda do “hedge” da variação cambial; dentre outros (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010; PINHEIRO, MACEDO e VILAMAIOR, 2012).

É importante mencionar que os componentes dos ORA podem ser apresentados líquidos dos seus respectivos efeitos tributários ou não, valores brutos, sem a dedução dos seus efeitos tributários. Caso isso ocorra, estes devem ser apresentados em montante único total relativo a todos esses componentes, devendo a entidade divulgar o montante do efeito tributário relativo a cada um, incluindo os ajustes de reclassificação, na demonstração do resultado abrangente ou nas notas explicativas do período.

Itens que compõem os Outros Resultados Abrangentes estão contidos em Pronunciamentos Técnicos – CPC’s diversos, sendo nestes definidos os tratamentos contábeis necessários ao seu reconhecimento e evidenciação no Patrimônio Líquido da entidade e/ou quando da transferência ao resultado do exercício, conforme se pode observar no Quadro 01 abaixo.

Quadro 01 – Itens que compõem os Outros Resultados Abrangentes e suas respectivas Normas

Item do ORA	Pronunciamento Técnico - CPC	Tratamento
Varição cambial decorrentes de conversão de demonstrações contábeis de investimentos no exterior	CPC 02	No momento da baixa do investimento no exterior, o ganho ou perda deve ser reconhecido no resultado do período.
Variações na reserva de reavaliação dos itens do ativo imobilizado e intangível	CPC 04 e 27	Contra lucros acumulados, a reserva de reavaliação será realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens.
Ganhos e perdas atuárias em planos de pensão	CPC 33	Não devem ser reclassificadas para o resultado no período
Ganhos e perdas na mensuração a valor justo de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda	CPC 38	Reconhece no resultado quando da liquidação, alienação ou baixa do ativo financeiro.
Ganhos e perdas referente a parcela efetiva de hedge de fluxo de caixa	CPC 38	Reclassificada para o resultado quando o item protegido pelo hedge afetar o resultado.

Fonte: Pronunciamentos técnicos - CPC's, 2014.

Assim, como esses componentes do resultado abrangente, verifica-se que outros fatos contábeis passaram a ter tratamentos diferentes com a adoção dos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC, a exemplo dos gastos com emissão de ações ou outros valores mobiliários patrimoniais; dividendos a pagar que aguardam aprovação da assembleia de acionistas, são denominados de “dividendos adicionais propostos”, registrados no Patrimônio Líquido da entidade; bem como a participação dos sócios minoritários que antes era registrada em grupo isolado do balanço patrimonial consolidado e agora passam a ser registrados dentro do PL, separados da participação dos sócios controladores.

Dornelles *et al.* (2013) buscaram identificar as mudanças ocorridas na evidenciação do grupo Patrimônio Líquido das empresas pertencentes ao segmento siderúrgico da BM&FBovespa implementadas pela publicação das Leis 11.638/07 e 11.941/09. Esses autores concluíram que houve variações significativas no respectivo grupo patrimonial, ocasionadas principalmente pela conta ou grupo de “ajuste de avaliação patrimonial”, no qual as empresas justificaram, em notas explicativas, como principais razões desses registros os valores inerentes às variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, rubricas de ganhos e perdas não realizadas em instrumentos financeiros derivativos até o momento em que estes são realizados e referentes ao efeito do “hedge” de investimento líquido, ajustes nos custos atribuídos a ativos imobilizados, passando a registrá-los por seu valor justo.

Em estudo recente, Madeira e Costa Junior (2014) investigaram se os outros resultados abrangentes possuem *value relevance* para o mercado de capitais brasileiro, tendo como amostra 40 empresas do IBOVESPA – 2013 e identificaram não haver relação estatisticamente significativa entre ambas, justificaram para tanto a recente introdução dos outros resultados abrangentes no arcabouço teórico brasileiro; falta de entendimento e absorção do conteúdo dessas informações de forma a impactar os preços das ações; e a baixa qualidade de evidenciação desta rubrica nas demonstrações contábeis.

Para Gonzales (2013) se o Patrimônio Líquido sofreu alterações conclui-se que ativos e passivos já não são mais os mesmos e o resultado que se obtém por meio de indicadores contábeis já não possui o mesmo conteúdo que possuía anteriormente.

2.3 TOMADA DE DECISÃO E OS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS

As informações prestadas pela contabilidade devem ser capazes de satisfazer as necessidades de seus diversos usuários, assim como serem passíveis de contribuir para entendimento das atividades da Companhia e seu desempenho.

Destarte, Resende, Pinheiro e Maia (2011) avaliaram que diante das informações geradas pelas Demonstrações Contábeis, os investidores precisam utilizar mecanismos que os permitam, da melhor forma possível, compreender as atividades desenvolvidas pelas organizações e ter um conhecimento mais apurado sobre seus riscos. Destacaram ainda que, diversos indicadores são utilizados na avaliação das empresas por parte dos usuários da informação contábil. Bem como consideraram que, no Brasil, surge uma nova forma de mensuração do lucro, que deverá fazer parte das análises e avaliações por considerável parte dos usuários da informação contábil, sendo este o resultado abrangente das empresas.

Dentro da análise das demonstrações contábeis, Lopes e Conrado (2010) argumentam que a DRA é uma importante ferramenta de análise gerencial, visto que esta respeita o princípio de competência de exercícios, no momento que atualiza o capital próprio dos sócios, através de registros no patrimônio líquido das receitas e despesas incorridas, todavia não realizadas financeiramente, decorrentes de investimentos de longo prazo, sem previsão de resgate ou outra forma de realização.

Assaf Neto (2012) definiu como sendo as principais técnicas de análises de balanços: a Análise Horizontal, Vertical, por Indicadores Econômico-Financeiros ou Diagrama de Índices.

Os Indicadores Econômico-Financeiros, calculados com base em dados brutos disponíveis nas demonstrações permite que se tenha uma visão clara da situação e do desempenho das empresas. Assaf Neto (2012) já afirmava que os IEF procuram relacionar elementos afins das demonstrações contábeis de forma a melhor extrair conclusões sobre a situação da empresa.

A análise com base em indicadores revela, sobretudo, aspectos da situação econômica e da situação financeira da entidade empresarial. Para Matarazzo (2010) os índices dividem-se em estrutura de capital e liquidez (os quais evidenciam a situação financeira e os riscos associados) e rentabilidade (que permite a avaliação da situação econômica e o retorno da empresa).

Existem alguns indicadores de estrutura de capital e rentabilidade das empresas que estão diretamente relacionados ao Patrimônio Líquido da entidade e traduzem informações importantes para a análise por meio de indicadores.

Segundo Lyra (2008) a análise da estrutura de capital compreende o estudo das fontes de financiamento utilizadas pelas empresas, sejam elas originadas do capital de terceiros ou de capital próprio. Ainda segundo este autor, o estudo destes indicadores permite compreender as decisões financeiras da empresa acerca da obtenção e aplicação de recursos financeiros, indicando a relação de dependência da empresa em função dos recursos oriundos de terceiros, ou seja, identificação da estrutura, de recursos próprios ou de terceiros, disponíveis para financiar os ativos da empresa.

É possível ainda, avaliar a partir destes indicadores, o grau de comprometimento financeiro de uma empresa e sua capacidade de cumprimento desses compromissos.

Alguns índices tradicionais de estrutura de capital que possuem o PL como variável são:

- a) Participação de capital de terceiros (PCT) definido pela razão: $\text{Capital de terceiros} / \text{Capital Próprio}$, que visa demonstrar o grau de dependência da empresa em relação aos recursos terceiros utilizados para seu financiamento;
- b) Capital de Terceiro / Passivo Total, calculado com base na razão entre o exigível total e o passivo total no final do período, sendo este estabelecido pelo somatório do exigível total mais o patrimônio líquido, representando a proporção de quanto os recursos externos da empresa financiam os recursos totais (CT + CP) disponíveis; e

- c) Dívida Financeira / Patrimônio Líquido, que mede a proporção de empréstimos e financiamentos sobre o PL da empresa, demonstrando a dependência da empresa junto a instituições financeiras.

Os índices de rentabilidade visam mostrar o êxito econômico da empresa por meio da comparação dos resultados obtidos, ou seja, o retorno gerado pela empresa em função dos recursos que foram aplicados pelos seus proprietários.

Os indicadores de rentabilidade que apresentam o PL como variável correspondem ao Retorno sobre o Patrimônio Líquido (RSPL) e Giro do patrimônio líquido (GPL).

Conforme mencionado por Iudícibus (2008, p. 108) a importância do Quociente de Retorno sobre o Patrimônio Líquido reside em expressar os resultados globais auferidos pela gerência na gestão de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos sócios ou acionistas. A principal tarefa da administração financeira ainda é maximizar o valor de mercado para estes possuidores de ações e estabelecer um fluxo de dividendos compensador. No longo prazo, o valor de mercado da ação é influenciado substancialmente pelo Quociente de Retorno sobre patrimônio líquido.

Em 2005, Gabriel, Assaf Neto e Corrar (2005) afirmaram que apesar da simplicidade na forma de cálculo do Retorno sobre o Patrimônio Líquido, o conteúdo informacional de seus elementos é relevante para análise de desempenho e contém conceitos mais amplos que a razão entre lucro e capital investido. Na época, os autores questionavam a validade da análise com base na medida apropriada de lucro.

Ribeiro, Macedo e Marques (2012) constataram através de pesquisa que o retorno sobre o PL encontra-se, conforme dados por eles evidenciados, como um dos três indicadores financeiros mais importantes para a avaliação de desempenho operacional de empresas listadas no setor brasileiro de energia elétrica, o que de fato leva a compreender que a fidedignidade e representatividade das informações contidas neste índice sejam relevantes à tomada de decisão de seus usuários.

O outro índice que analisa a rentabilidade da empresa e tem o Patrimônio Líquido como um dos seus elementos é o Giro do PL, que busca revelar o número de vezes em que o capital próprio investido na empresa movimentou-se em relação às vendas líquidas realizadas no período.

Assim, tomando-se por base o conteúdo informacional que compõem os índices apresentados, utilizando-se o Patrimônio Líquido publicado e de todo modo, ao se ajustar este

elemento patrimonial, excluindo-se aqueles valores referentes a resultados abrangentes, para calcular os índices de estrutura de capital e de rentabilidade, se terá, supostamente, duas informações diferentes a serem utilizadas pelos usuários em suas decisões.

Segundo Gonzales (2013) ter conhecimento sobre as diferenças existentes é de fundamental importância para que não se utilizem informações diferentes como se fossem similares.

Diante das supostas diferenças nas informações contábeis, ocorridas com as alterações no Balanço Patrimonial e demais demonstrativos financeiros após a adoção das normas internacionais de contabilidade, diversas pesquisas foram desenvolvidas na tentativa de elucidar estes fatos.

Os resultados do estudo de Coutinho e Silva *et al.* (2013) apontaram diferenças estatisticamente significativas entre o patrimônio líquido nos anos de 2008 e 2009, o lucro líquido no ano de 2009 e o *Return on Equity* (ROE) no ano de 2009 apurados sob normas contábeis distintas (BRGAAP e CPC/IFRS) entre as empresas do setor têxtil listadas na Bolsa de Valores de São Paulo.

Resultados estes já evidenciados em pesquisas anteriores, que abordaram comparações, tais como: Costa, Almeida e Coutinho e Silva (2013); e Furuta, Bispo e Vieira (2010). Nesta última, foi verificado o impacto da Lei nº 11.638 sobre o Patrimônio Líquido (PL) e o Lucro Líquido (LL) das maiores empresas da base de dados Melhores e Maiores, da Revista Exame. Constatou-se, através do teste de Wilcoxon, que existem diferenças significativas no PL e LL antes e após as alterações da referida Lei, tendo estes impactos causado variações significativas em ambas às contas, com redução no valor do PL e LL da maioria das empresas analisadas.

Na Itália, a pesquisadora Cordazzo (2007) averiguou que em 178 empresas italianas não financeiras, o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido sofreram uma diferença significativa em comparação aos métodos de elaboração pela GAAP italiano e sob as normas IFRS, para o exercício de 2006.

O estudo de Resende, Pinheiro e Maia (2011) focou na rentabilidade do PL, ou seja, ROE, diante das diferentes formas de mensurar o lucro, investigando o reflexo neste índice quando utilizado o lucro abrangente em substituição ao LL e se as médias do ROE foram significativas entre os resultados. Os achados do estudo em comento evidenciaram não haver diferença significativa entre ambos, porém, ressalta que, quando o índice foi comparado separadamente para cada empresa, poderia ocorrer uma distorção na correta tomada de decisão, devido algumas empresas terem apresentado valores estatisticamente significativos

entre as duas formas de calcular o referido índice, assim como oscilaram ao apresentar taxas positivas e negativas.

Cunha *et al.* (2013) objetivaram verificar se houve reflexos estatisticamente significativos nos indicadores contábeis das empresas têxteis listada na BM&FBovespa após a adoção da Lei nº 11.638/2007. Através de testes estatísticos de regressão linear com base no Modelo de Koyck e de correlações canônicas, os resultados apontaram não haver alterações nas variáveis estudadas.

As pesquisas apresentadas demonstram o interesse e relevância de se identificar as diferenças ocorridas na contabilidade após esse marco que foi a adoção das normas internacionais.

No presente estudo, se investiga as naturezas dos resultados abrangentes, não abordado por nenhum destes estudos anteriores e, posteriormente, são aplicados recursos estatísticos para identificação do reflexo nos resultados dos índices de estrutura de capital e rentabilidade decorrentes do reconhecimento dos resultados abrangentes no PL, sendo descrito logo a seguir os procedimentos realizados.

3 METODOLOGIA

Nesta etapa, expõem-se os procedimentos metodológicos que conduziram à sistematização desta pesquisa, detalhando toda a ação desenvolvida para a análise dos dados coletados e atingimento dos resultados almejados.

Marconi e Lakatos (2003, p. 83) entendem que o método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo – conhecimentos válidos e verdadeiros –, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

No presente estudo foram utilizadas as categorias de tipologia de pesquisa definidas por Beuren (2008), que classifica quanto: aos objetivos, aos procedimentos e à abordagem do problema.

Na busca de atender o escopo desta pesquisa, esta foi caracterizada como descritiva. Para Gil (2002, p. 42) a pesquisa descritiva possui como objetivo principal a descrição das características de determinado fenômeno ou população, ou estabelece relação entre variáveis.

Quanto aos procedimentos científicos, se realizou uma pesquisa bibliográfica onde, segundo Martins e Theóphilo (2009), ocorre quando da identificação do estágio em que se encontra o conhecimento acerca de determinado assunto; e documental, mediante análise das demonstrações contábeis publicadas anualmente, no site da BM&FBovespa, pelas companhias abertas objeto deste estudo, sendo estas consideradas ricas fontes de informações disponíveis ao público.

Por fim, quanto ao tratamento e análise dos dados foram realizados mediante uma abordagem qualitativa, que Beuren (2008) menciona ser neste tipo que se concebem análises mais profundas em relação ao fenômeno que se encontra sendo estudado, visando destacar características não observadas por meio de outra abordagem. Entretanto, como forma secundária ao problema de pesquisa, analisar o reflexo nos IEF decorrentes do reconhecimento dos resultados abrangentes no PL das demonstrações contábeis, aborda-se aspectos quantitativos, investigando o comportamento geral dos dados quando auxiliados pelo emprego de técnicas estatísticas.

3.2 EMPRESAS SELECIONADAS E COLETA DOS DADOS

A amostra da pesquisa abrange todas as companhias abertas listadas nos segmentos de governança corporativa da Bolsa de Valores, BM&FBovespa, sendo estas 194 (cento e noventa e quatro) companhias, que tenham publicado e disponibilizado aos acionistas e público em geral suas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

A escolha das empresas estudadas deu-se de maneira não probabilística, por conveniência ou acessibilidade, no qual os elementos da amostra são coletados em função da facilidade de acesso aos dados, geralmente aplicável à pesquisa de caráter exploratório (BEUREN, 2008).

Fora abrangido neste estudo os segmentos do Novo Mercado, do Nível 2, do Nível 1 e do Bovespa Mais, criados com a finalidade de desenvolver o mercado de capitais brasileiros, adequando empresas com perfis diferenciados em segmentos específicos e que se diferenciam em relação ao grau de comprometimento, adoção e cumprimento das regras de governança corporativa estabelecidas, tendo como característica em comum estarem no mais alto nível de governança do mercado de capital brasileiro, por aderirem as melhores regras de proteção aos acionistas minoritários e de maior transparência em suas contas.

Partindo-se do pressuposto que as empresas listadas nestes segmentos prezam por rígidas regras de governança corporativa, que atraem investidores ao assegurarem os direitos e garantias aos acionistas, bem como a divulgação de informações mais completas para controladores, gestores da companhia e participantes do mercado (BM&FBovespa, 2014), vislumbrou-se que esta amostra poderia apresentar de maneira padronizada e com melhor divulgação o reconhecimento dos resultados abrangentes à luz das Normas Internacionais de Contabilidade.

Algumas características e particularidades dos referidos segmentos são expostos no Quadro 02 abaixo, extraído da BM&FBovespa (2014), como forma de comparativo dos segmentos de listagem. Destaca-se que o mesmo apresenta informações relevantes quanto às características das ações em cada segmento e, portanto, os diferentes tipos de acionistas ou dos detentores do capital da empresa envolvidos neste processo e o interesse desses em participar de segmentos diferentes; assim como aspectos das demonstrações contábeis; e de informações a serem evidenciadas de forma obrigatória ou facultativa pelos diferentes segmentos.

Quadro 02 – Características dos segmentos/níveis de governança corporativas BM&FBovespa

	BOVESPA MAIS	BOVESPA MAIS NÍVEL 2	NOVO MERCADO	NÍVEL 2	NÍVEL 1
Características das Ações Emitidas	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN	Permite a existência somente de ações ON	Permite a existência de ações ON e PN (com direitos adicionais)	Permite a existência de ações ON e PN (conforme legislação)
Percentual Mínimo de Ações em Circulação (free float)	25% de free float até o 7º ano de listagem		No mínimo 25% de free float		
Distribuições públicas de ações	Não há regra		Esforços de dispersão acionária		
Vedação a disposições estatutárias	Quórum qualificado e "cláusulas pétreas"		Limitação de voto inferior a 5% do capital, quórum qualificado e "cláusulas pétreas"		Não há regra
Composição do Conselho de Administração	Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos		Mínimo de 5 membros, dos quais pelo menos 20% devem ser independentes com mandato unificado de até 2 anos		Mínimo de 3 membros (conforme legislação), com mandato unificado de até 2 anos
Vedação à acumulação de cargos	Não há regra		Presidente do conselho e diretor presidente ou principal executivo pela mesma pessoa (carência de 3 anos a partir da adesão)		
Obrigações do Conselho de Administração	Não há regra		Manifestação sobre qualquer oferta pública de aquisição de ações da companhia		
Demonstrações Financeiras	Conforme legislação		Traduzidas para o inglês		Conforme legislação
Reunião pública anual	Facultativa		Obrigatória		
Calendário de eventos corporativos	Obrigatório				
Divulgação adicional de informações	Política de negociação de valores mobiliários		Política de negociação de valores mobiliários e código de conduta		
Concessão de Tag Along	100% para ações ON	100% para ações ON e PN	100% para ações ON	100% para ações ON e PN	80% para ações ON (conforme legislação)
Oferta pública de aquisição de ações no mínimo pelo valor econômico	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento, exceto se houver migração para Novo Mercado	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento, exceto se houver migração para Novo Mercado ou Nível 2	Obrigatoriedade em caso de cancelamento de registro ou saída do segmento		Conforme legislação
Adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado	Obrigatório				Facultativo

Fonte: BM&FBovespa, 2014.

Foram excluídas da análise as empresas do setor financeiro (bancos, instituições financeiras e seguradoras) listadas pela economática como “Finanças e seguros”, visto que estas possuem características e atividades distintas da maioria das empresas e ramos de

atividade em estudo, o que suspeita-se que poderia ocasionar divergências aos resultados do estudo acerca das naturezas dos resultados abrangentes, restando, portanto, as empresas não financeiras que encontram-se quantitativamente distribuídas por segmentos, conforme a Tabela 01 a seguir.

Tabela 01 – Quantitativo de empresas listadas por segmento de governança corporativa

Segmentos	Quant. de empresas
Novo Mercado	126
Nível 2	15
Nível 1	25
Mais Bovespa	9
Total	175

Fonte: Elaboração própria, 2014.

A relação das 175 empresas que passaram a compor a amostra, na ocasião, foi obtida a partir de informações constantes no site da BM&FBovespa (Tabela A1 do Apêndice).

As companhias analisadas foram divididas em 08 setores, através de características similares e tomando-se por base os 19 setores constantes no banco de dados da Economática[®], conforme Quadro 03, com o objetivo de captar informações acerca de qual tipo de atividade reconheceu mais naturezas distintas dos resultados abrangentes e em quais destas atividades tiveram maior relevância.

Quadro 03 – Empresas da amostra organizadas por setores

Setor	Classificação econômica	Setores
1	- Comércio - Eletroeletrônicos - Software e Dados - Veículos e peças	Comércio em geral
2	- Agro e Pesca - Alimentos e Beb	Agropecuária e alimentos
3	- Construção	Construção Civil
4	- Energia Elétrica - Telecomunicações	Setor regulamentado
5	- Máquinas Indust - Papel e Celulose - Química - Siderur & Metalur - Têxtil	Indústrias
6	- Transporte Serviç	Serviços em geral e transporte
7	- Petróleo e Gas - Mineração	Mineração, Petróleo e Gás

Setor	Classificação econômica	Setores
	- Minerais não Met	
8	- Outros	Diversos

Fonte: Elaborado pela autora a partir de informações da Economática[®], 2014.

Esta classificação permite uma identificação mais genérica das empresas estudadas, facilitando a análise e contribuindo para os resultados.

A coleta dos dados das demonstrações contábeis e notas explicativas utilizadas neste estudo fora realizada no site da Bolsa brasileira (<http://www.bmfbovespa.com.br>), selecionando-se as opções: mercados > ações > empresas > empresas listadas. Sendo os arquivos obtidos extraídos pelo programa “Empresas.net”.

As informações necessárias das variáveis que compõem os Índices Econômico-Financeiros abrangidos por esta pesquisa foram obtidas através do banco de dados da Economática[®].

3.3 TÉCNICAS PARA ANÁLISE DOS DADOS

Os dados das 175 empresas foram analisados, inicialmente, mediante a análise de conteúdo, que busca a essência de um texto nos detalhes das informações, dados e evidências disponíveis. Não trabalha somente com o texto de *per se*, mas também com detalhes do contexto (MARTINS; THEÓPHILO, 2009).

Mediante análise descritiva, apresentam-se os resultados evidenciados no estudo, permitindo a construção da interpretação das variáveis relacionadas e a apresentação dos achados da pesquisa. O principal objetivo do pesquisador ao estabelecer e analisar as variáveis se dá pelo interesse em conhecer seu comportamento em diferentes situações de análise.

Os Índices Econômico-Financeiros de rentabilidade do Patrimônio Líquido (PL) e de estrutura de capital da amostra selecionada foram calculados para 125 empresas que apresentaram valores nas contas patrimoniais de resultados abrangentes. Após, os respectivos índices passaram a ser reconstruídos excluindo-se os resultados abrangentes que se encontravam somados ao Patrimônio Líquido da companhia. Ato contínuo, comparam-se os resultados obtidos.

Com intuito de ilustrar a técnica utilizada no cálculo dos Índices Econômico-Financeiros, apresenta-se a seguir (por meio da Tabela 02) o ajuste procedido no Patrimônio

Líquido da Cia IOCHPE MAXION S.A., a partir dos dados coletados, referentes ao exercício 2013:

Tabela 02 – Patrimônio Líquido da Cia IOCHPE MAXION S.A. (em milhões de reais)

Patrimônio Líquido	Valores consolidados no BP	Valores no PL reajustado
Capital Social	700.000	700.000
Reservas de capital	-2.858	-2.858
Reserva de Lucros	207.812	207.812
Lucros ou Prejuízos Acum.	0,00	0,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	121.807	-
Ajustes Acum. de Conversão	210.122	-
Outros resultados abrangentes	-15.802	-
Participação de Não controladores	224.079	224.079
TOTAL DO PL	1.445.160	1.129.033

Fonte: Elaboração própria, 2014.

Na primeira coluna encontram-se as rubricas de elementos patrimoniais estabelecidas para a divulgação padronizada dos demonstrativos contábeis das companhias abertas. Na segunda coluna são apresentados os valores destas conforme constam no balanço patrimonial da empresa, no exercício de 2013, observando-se que o valor total do PL corresponde a R\$1.445.160 mil reais.

Em seguida, foram excluídos os valores correspondentes aos resultados abrangentes acumulados presentes naquele PL, contabilizados em “ajuste de avaliação patrimonial”, “ajustes acumulados de conversão” e “outros resultados abrangentes” num total de R\$ 316.127 mil reais, visto que estes resultam de transações que não derivam dos sócios, na qualidade de proprietários.

Observa-se que houve uma redução no PL da companhia após os ajustes, entretanto, o resultado encontrado refere-se aos valores que correspondem ao capital próprio dos sócios, sendo sobre estes que se calculou até 2007 o retorno dos acionistas e a situação da estrutura de capital e que, portanto, diverge do atual por conta de resultados não realizados, sendo estas ainda transitórias.

Para Gonzales (2013) partindo-se do pressuposto que o valor do patrimônio líquido é um componente de significativa importância na contabilidade das empresas assumindo um papel, juntamente com o passivo, capaz de conduzir os usuários da informação contábil a uma série de conclusões acerca da entidade, entende-se que uma alteração dessa magnitude, como pode ser percebido pelo procedimento acima, pode resultar em alterações nas informações

obtidas a partir dos demonstrativos contábeis e nas análises por indicadores que se baseiam nesta variável (Patrimônio Líquido).

3.3.1 Testes estatísticos

Para averiguar a existência de diferença significativa relativa a cinco índices econômico-financeiros calculados com e sem resultados abrangentes no PL utilizou-se de testes estatísticos que facilitassem a obtenção e análise destes resultados. Entretanto, antes de se determinar qual teste de comparação de médias seria aplicado, foi preciso primeiramente identificar se as variáveis possuem distribuição normal.

Assim sendo, para verificar a normalidade dos dados aplicou-se o teste de *Kolmogorov-Smirnov* (K-S). O teste K-S é um teste de aderência que compara a distribuição de frequência acumulada de um conjunto de valores observados da amostra com uma distribuição esperada ou teórica (FÁVERO *et al.*, 2009 *apud* Costa *et al.*, 2013).

O resultado evidenciado no referido teste para os IEF comparados constataram não haver normalidade entre as observações, sendo recorrido ao teste não paramétrico de *Wilcoxon* para se comparar as médias das variáveis.

O testes de diferença de média, caso a amostra tivesse apresentado normalidade seria o teste *t* de *Student* (para distribuição normal), todavia a escolha pelo teste de *Wilcoxon*, se justifica para dados sem distribuição normal.

O teste de *Wilcoxon* é utilizado para comparar duas amostras pareadas. Segundo Costa *et al.* (2013) este teste é uma alternativa ao teste *t* de *Student* para comparar duas médias populacionais, porém as variáveis não devem apresentar distribuição normal.

A finalidade de utilização do teste de *Wilcoxon* retro mencionado é identificar as performances de cada sujeito (ou pares de sujeitos) e, assim, estabelecer se existem diferenças significativas entre os seus resultados nas duas situações em análise. Outras pesquisas anteriores já utilizaram este teste, tais como a de Costa *et al.* (2013); Costa, Almeida & Coutinho e Silva (2013); Coutinho e Silva *et al.* (2013); Santos (2012).

Diante deste contexto, a hipótese a ser testada utilizando o teste de comparação de média será:

H_0 – Não existem mudanças significativas entre os índices econômico-financeiros relativos à estrutura de capital e rentabilidade, decorrentes do reconhecimento de resultados abrangentes no patrimônio líquido da companhia.

Estabeleceu-se um nível de significância de 0,05 para a realização dos testes, pois segundo Stevenson (1981, p. 225) definir o nível de significância de um teste é a probabilidade de uma hipótese nula ser rejeitada, quando verdadeira.

3.4 SELEÇÃO DOS ÍNDICES

A escolha dos Índices Econômico-Financeiros (IEF) lastreou-se nas escolhas evidenciadas na literatura e em trabalhos anteriores (LYRA, 2008; MOTA, 2012; TAVARES, 2010) que possuem como variável o patrimônio líquido, sendo este o valor que consta no Balanço Patrimonial da companhia em determinado exercício.

Os IEF utilizados na presente pesquisa, com suas fórmulas de cálculos, estão relacionados a seguir.

Os índices de rentabilidade do PL, que evidenciam o êxito das operações da empresa e de capital investido, buscam estabelecer o Retorno e o Giro do PL evidenciados pela empresa para seus sócios, tendo sido aplicadas as seguintes fórmulas:

- Retorno sobre o Patrimônio Líquido:

$$\text{ROE} = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

- Giro do Patrimônio Líquido:

$$\text{GPL} = \frac{\text{Receita Líquida Operacional}}{\text{Patrimônio Líquido}}$$

Acerca dos índices de estrutura de capital, que remetem a obtenção e aplicação de recursos, foram escolhidos aqueles que têm como variável o PL, quais sejam:

- Capital de Terceiros / Passivo Total:

$$\text{Relação CT/PT} = \frac{\text{Exigível total}}{\text{Passivo Total}}$$

- Capital de Terceiros / Capital Próprio:

$$\text{Relação CT/CP} = \frac{\textit{Exigível total}}{\textit{Patrimônio Líquido}}$$

- Dívida Financeira / Patrimônio Líquido:

$$\text{Relação DF/CP} = \frac{\textit{Emprést. e Financiamentos}}{\textit{Patrimônio Líquido}}$$

A seleção desses índices relaciona-se a importância dos mesmos para a análise do patrimônio líquido das empresas, que representa os recursos próprios das companhias, e são essenciais para o processo de tomada de decisão dos acionistas e de investimentos, sendo, todavia, necessário que se conheça a natureza das informações registradas contabilmente e a sua fidedignidade com a realidade dos eventos que as originaram.

Serão analisadas e discutidas a seguir as informações evidenciadas pelo estudo, conforme as técnicas de análise de dados e os procedimentos metodológicos utilizados para atender ao escopo dessa pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 RECONHECIMENTO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

No primeiro momento, averiguou-se o reconhecimento no Balanço Patrimonial de valores relativos aos resultados abrangentes que poderiam estar acumulados nas contas patrimoniais, conforme código e descrição da conta, padronizadas no BM&FBovespa, quais sejam: 2.03.06 – Ajustes de Avaliação Patrimonial; 2.03.07 – Ajustes Acumulados de Conversão; e 2.03.08 – Outros resultados abrangentes.

Constatou-se que das 175 empresas que compõem a amostra, 124 reconheceram algum valor em pelo menos uma das contas patrimoniais retro mencionadas, o que corresponde a aproximadamente 71% das companhias da amostra e apenas uma empresa reconheceu Ajustes de Avaliação Patrimonial no subgrupo do PL – reservas de capital, restando assim, 50 empresas que não reconheceram nenhum valor referente a resultado abrangente no exercício de 2013.

A partir da Tabela 03 adiante, pode-se perceber que as empresas listadas no segmento do Nível 1, que possui menor grau de exigências às práticas de governança corporativa em relação aos demais segmentos investigados, foi o que apresentou maior número de empresas registrando RA no exercício 2013, proporcionalmente ao número de empresas participantes do segmento. E o segmento Bovespa Mais, que representa aquelas empresas que estão acessando o mercado de ações de forma gradual e que assumem compromissos de elevados padrões de governança corporativa e transparência com o mercado, correspondeu ao segmento em que as empresas, proporcionalmente ao número de participantes no segmento, menos reconheceram resultados abrangentes.

Tabela 03 – Percentual de reconhecimento dos RA por segmento

	Reconheceram R.A.	%	Não Reconheceram R.A.	%	TOTAL
Novo Mercado	86	68,3	40	31,7	126
Nível 2	11	73,3	4	26,7	15
Nível 1	22	88	3	12	25
Bovespa Mais	6	66,7	3	33,3	9
TOTAIS	125	71,4%	50	28,6%	175

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Do total de empresas que não reconheceram resultado abrangente no período em análise, somente a empresa CR2 Empreendimentos Imobiliários afirmou não reconhecer e não

elaborar a DRA, conforme o seguinte trecho transcrito das notas explicativas: “A demonstração do resultado abrangente não foi elaborada, visto que não há outros resultados abrangentes contemplados no patrimônio líquido da Companhia, que justifique a sua apresentação” (CR2 Empreendimentos Imobiliários S.A, 2013). As demais empresas da análise não reconhecerem fatos e valores contábeis que gerassem a evidenciação de RA no patrimônio líquido, mas apresentavam as naturezas que poderiam ser reconhecidas em outros períodos futuros, quando da sua realização, e na sua grande maioria estavam intrinsicamente relacionadas às definidas nos normativos contábeis, a exemplo dos Pronunciamentos Técnicos (CPC’s).

Outro fato a ser mencionado é o número de empresas que possuem a soma dos saldos acumulados das contas de RA negativo, no balanço patrimonial, que corresponde a 41 empresas, equivalente a aproximadamente 33% das empresas que registraram tais valores no PL. Tendo outras 9 empresas apresentado, em ao menos uma de suas contas patrimoniais de RA, um valor negativo, todavia, devido possuírem outros saldos de RA no período tiveram seus saldos acumulados positivos.

Notou-se ainda que, o maior número de ocorrências de valores negativos foram registradas na rubrica de “Ajuste de Avaliação Patrimonial”.

O reconhecimento de resultado abrangente com saldo negativo gera redução no valor total do patrimônio líquido da companhia. A conta patrimonial de AAP, que apresentou maior número de saldos negativos é composta por valores que não transitaram pela demonstração do resultado do período e podem nunca vir a compor de forma efetiva o resultado das companhias, demonstrando a importância que estes registros contábeis podem representar para o estudo de análises das demonstrações.

4.2 NATUREZA DOS RESULTADOS ABRANGENTES

As principais naturezas reconhecidas como resultados abrangente, no exercício 2013, que foram identificadas nas empresas que compõem a amostra deste estudo são apresentadas a seguir, destacando-se a razão e a evidenciação para cada reconhecimento encontrado nas Notas Explicativas que foram objeto de análise.

- a) Participação ou reorganização societária, combinação de negócios e/ou equivalência patrimonial

Identificou-se que esta natureza de resultado abrangente foi reconhecida pelas empresas quando da ocorrência de:

- Ajustes realizados a valor justo dos investimentos sem influência significativa entre companhias;
- Combinação de negócios que ocorra alterações subsequentes no valor justo sobre contraprestação contingente paga na data da aquisição, conforme aduz o CPC 38;
- Reorganizações ou reestruturações societárias mediante ganhos ou perdas sobre alienações para participação de não controladores, assim como reclassificações de saldos entre o patrimônio líquido atribuído à participação de acionistas controladores e dos não controladores, decorrentes de variações de aumento (redução) na participação em controladas advindas de aumento de capital, aquisições (alienações) e participação adicional, além de diluições de participação de qualquer natureza. É considerado o resultado, inclusive, quando este gerar saldo negativo para a participação de não controladores;
- Aplicação da equivalência patrimonial sobre participações em coligadas, controladas, subsidiárias e sociedades de controle em conjunto – *joint venture*, sobre resultados que não transitam ou só transitarão futuramente pelo resultado da investida; e
- Diferenças entre o valor justo das ações emitidas pela companhia no processo de incorporação e o valor contábil do acervo líquido incorporado.

b) Pagamento baseado em ações

Verificou-se a presença de despesas com plano de outorga de ações avaliado pelo valor justo do instrumento patrimonial apurado na data da outorga das opções, podendo ser utilizado um modelo de precificação para realizar tal avaliação, sendo o pagamento considerado com base na participação societária, natureza esta prevista no Pronunciamento Técnico - CPC 10;

c) Valor Justo de Ativos e/ou Passivos (custo atribuído ao imobilizado)

Ajustes por adoção do custo atribuído (valor justo) ao ativo imobilizado na data da transição das normas contábeis usadas em convergência às normas internacionais, com padrões IFRS e CPCs adotadas no Brasil. O custo atribuído a estes ativos registrados como

resultado abrangente é realizado quando da depreciação, alienação ou baixa do respectivo, em contra-partida a resultado do exercício;

Correção do ativo imobilizado, conforme aplicação da IAS 29 e em consonância com o CPC 37, aplicado no período em que a economia brasileira encontrava-se definida como hiperinflacionária, com base na vida útil dos respectivos ativos e nas reservas de reavaliação (Pronunciamento Técnico CPC 27 – Ativo Imobilizado), quando assim permitidas;

Contrapartida de aumentos ou diminuições de valores atribuídos a elementos do ativo ou passivo em decorrência da sua avaliação a valor justo, nos casos previstos em lei, a exemplo do § 3º do art. 182 da Lei da sociedade por ações.

Valor de mercado, reconhecidos na adoção inicial do CPC 12 de itens do ativo ou passivo monetários de longo prazo e curto prazo quando o seu ajuste a valor presente for considerado relevante em relação as demonstrações contábeis, como quotas de fundo de investimento e itens monetários de logo prazo.

d) Ganhos e Perdas Atuariais

Os ganhos e perdas atuariais que constam nos resultados abrangentes das empresas no período foram decorrentes dos seguintes fatos:

- Ajustes do passivo atuarial – remensurações de obrigações de planos de benefícios definidos, alteração nas premissas (tábua de mortalidade, taxa de descontos das obrigações e variações no rendimento dos investimentos) e compromissos atuariais;
- Ganhos e perdas atuariais gerados quando da adoção do Pronunciamento Técnico CPC 33 – Benefícios a Empregados, devendo ser reconhecidos integralmente no PL, procedimento este introduzido pela IAS 19, que eliminou o método do corretor; e
- Benefícios pós-emprego, retornos dos ativos de planos de aposentadoria (líquidos das receitas de juros sobre estes ativos) e as mudanças no efeito do teto do ativo ou passivo oneroso.

e) Instrumento Financeiro de Derivativo - Hedge Accounting

Algumas empresas reconheceram os ganhos e perdas decorrentes de derivativos a valor justo como *Hedge Accounting*, sem especificarem a pretensão de uso e classificação, como já definido por normas internacionais, assim como por Pronunciamentos Técnicos emitidos no Brasil. Desta forma, as variações ao valor justo de instrumentos de hedge em

contabilidade foram separadas das demais naturezas especificadas, visto não ser possível identificar tais características.

f) Hedge de fluxo de caixa

O derivativo definido como Hedge de fluxo de caixa é designado pelas companhias em análise em proteção a variabilidade dos fluxos de caixa atribuível a um risco específico associado com um ativo ou passivo reconhecido ou uma transação prevista altamente provável e que poderia afetar o resultado.

A parte efetiva do ganho ou da perda, ou seja, da variação líquida cumulativa do valor justo no instrumento financeiro do hedge de fluxo de caixa designados e qualificados é reconhecida em elemento separado no PL, nas contas de resultado abrangente, enquanto que a parte não efetiva destes instrumentos segue para reconhecimento imediato no resultado do período. Os ganhos e perdas destes instrumentos reconhecidos no PL são reclassificados, integralmente ou parcialmente, conforme a realização, para o resultado quando o item protegido (objeto de *hedge*) impactar o mesmo.

g) Valor Justo de Ativos financeiros disponíveis para venda

São reconhecidas nesta natureza as variações no valor justo ou mudanças que não resultem de perdas ao valor recuperável, de ativos financeiros disponíveis para venda, classificados assim os títulos e valores mobiliários quando, assim sejam julgados, puderem ser vendidos em resposta ou em antecipação a mudanças nas condições de mercado ou não estejam classificados como empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Orientação Técnica OCPC 03 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação e CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração).

h) Derivativos (BOND e NDF)

Para os ganhos e perdas da parcela efetiva do instrumento de *hedge* de investimentos líquidos em operações no exterior, no caso de designação de contrato a termo, conhecido como NDF (*Non Deliverable Forward*) e de recursos obtidos com a captação direta de empréstimos no exterior, os chamados “bonds”, registra-se a contabilização nos resultados

abrangentes acumulados no período no PL da empresa. Estes permanecerão registrados assim até a alienação dos investimentos no exterior, quando serão reclassificados para o resultado do exercício.

i) Bônus de subscrição de Debêntures

Esta natureza do RA fora evidenciado pela Companhia Hypermarchas S.A., em ajustes de avaliação patrimonial, quando da aplicação de valor justo em componente do passivo, debênture simples com bônus de subscrição atrelado, sendo a mesma oriunda do valor residual, representado como bônus, após a aplicação de taxa de juros de mercado para título de dívida equivalente.

j) Conversão para moeda de apresentação / Variação cambial

Os principais fatos que geraram registros nesta natureza correspondem a:

- Ajustes por variação cambial de investimentos no exterior ou cuja moeda funcional seja diferente do Real, mediante a aplicação do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão das Demonstrações Contábeis; e
- Conversão das demonstrações contábeis, originalmente preparadas em moeda estrangeira, que são geralmente convertidas pela taxa de câmbio no fechamento do balanço para ativos e passivos e pela taxa de câmbio vigente nas datas das transações para contas de resultado e capital ou pela taxa de câmbio média apurada no exercício.

4.2.1 Imposto Diferido em resultados abrangentes

Os impostos sobre a renda e contribuição social diferidos que estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no PL ou nos resultados abrangentes da companhia são reconhecidos de acordo com as transações/fato gerador que os originaram, seja no PL ou nas respectivas contas de resultado abrangente. O reconhecimento desses impostos no resultado do período fica condicionado à realização dos ganhos ou perdas que lhes deram origem.

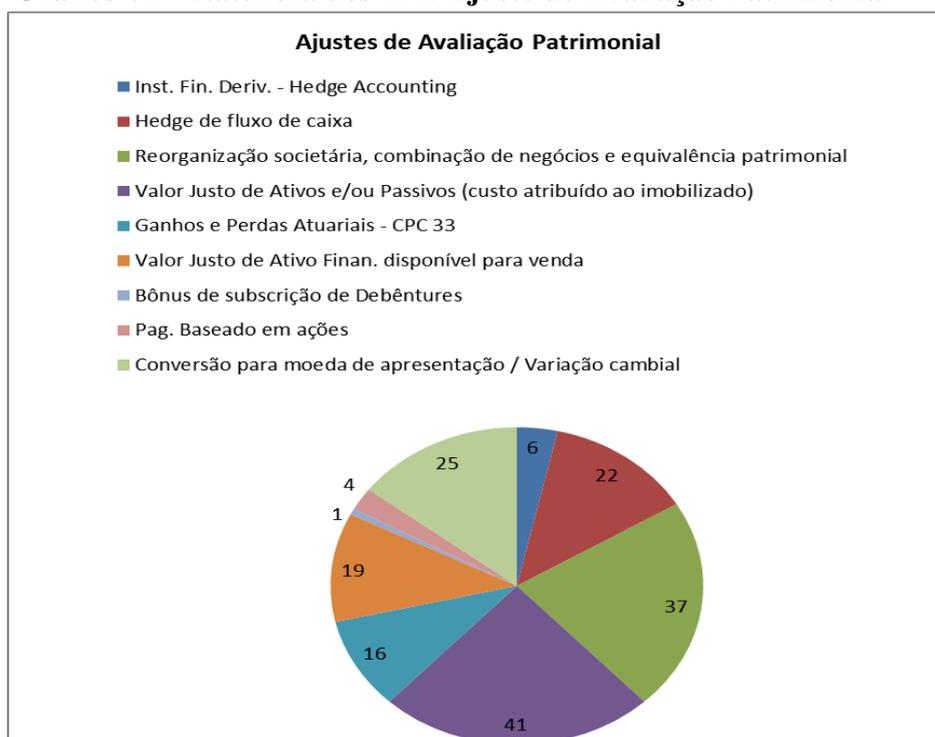
Todavia, não se considerou os impostos diferidos registrados em contas de resultado abrangente no PL como natureza destes, devido entender que os mesmos são decorrentes do reconhecimento de alguma das naturezas especificadas anteriormente e que, portanto, não é possível seu reconhecimento isolado do reconhecimento destas naturezas.

Verificou-se ainda que das 125 empresas que possuíam RA registrados no período, 77 apresentaram em suas notas explicativas a possibilidade ou o reconhecimento de impostos diferidos em contas patrimoniais do PL de resultado abrangente da companhia, destacando-se que as demais, apesar de não reconhecerem valores contábeis, evidenciaram a possibilidade de registrarem caso vissem a serem contabilizados os RA em outros períodos.

4.2.2 Natureza dos resultados abrangentes por contas patrimoniais

A conta de ajuste de avaliação patrimonial registra valores que compõem o resultado da companhia, mas não o resultado reconhecido como do período na DRE. Nesta rubrica contábil, demonstrada no Gráfico 01, encontram-se as principais naturezas dos resultados abrangentes evidenciados pelas empresas da amostra.

Gráfico 01 – Natureza dos RA: Ajuste de Avaliação Patrimonial



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

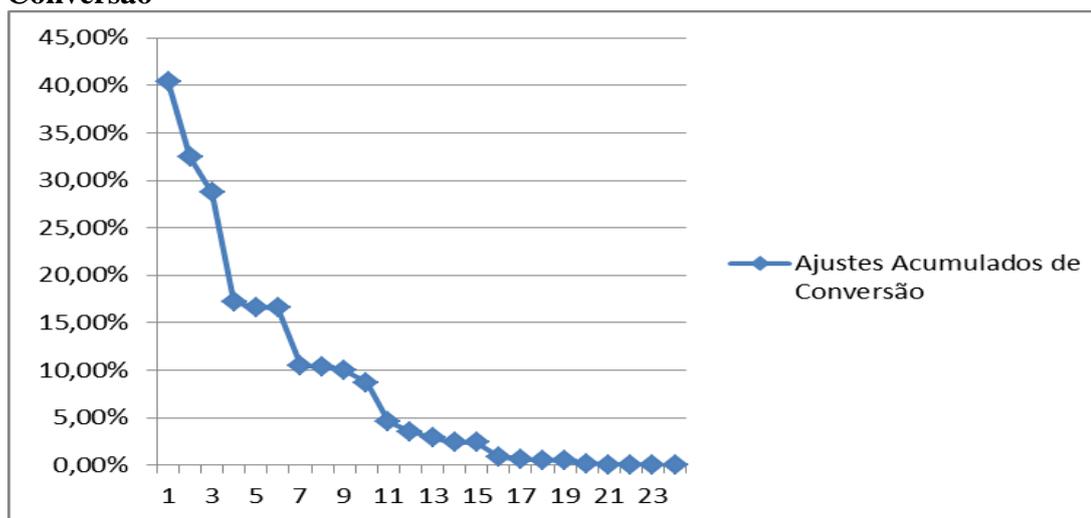
É possível perceber que a natureza “Valor Justo de Ativos e/ou Passivos (custo atribuído ao imobilizado)” corresponde a mais contabilizada, estando presente nos registros de 41 empresas. A consistência da contabilização neste elemento deu-se desde o exercício de 2009, conforme encontrava-se justificada nas notas explicativas de 2013, em consequência da adoção inicial dos pronunciamentos técnicos - CPC.

A natureza “Participação ou reorganização societária, combinação de negócios e/ou equivalência patrimonial” obteve 37 registros contábeis no exercício de 2013 e fora seguida da “conversão para moeda de apresentação e variação cambial”. Todavia, somente uma empresa reconheceu resultado abrangente referente à natureza de ganhos com subscrição de debêntures.

Constatou-se que 53 companhias mencionaram em suas notas explicativas que reconheceram, quando necessário, impostos diferidos na respectiva conta patrimonial decorrentes das naturezas contabilizadas nestas.

Na conta patrimonial “Ajuste Acumulado de Conversão” todos os valores foram reconhecidos em decorrência da natureza de conversão das demonstrações contábeis à moeda de apresentação e resultantes de variação cambial no período. A evidenciação desta natureza fora procedida por 26 companhias, sendo 21 pertencentes ao segmento do novo mercado.

Gráfico 02 – Relevância dos valores contabilizados em Ajustes Acumulados de Conversão



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

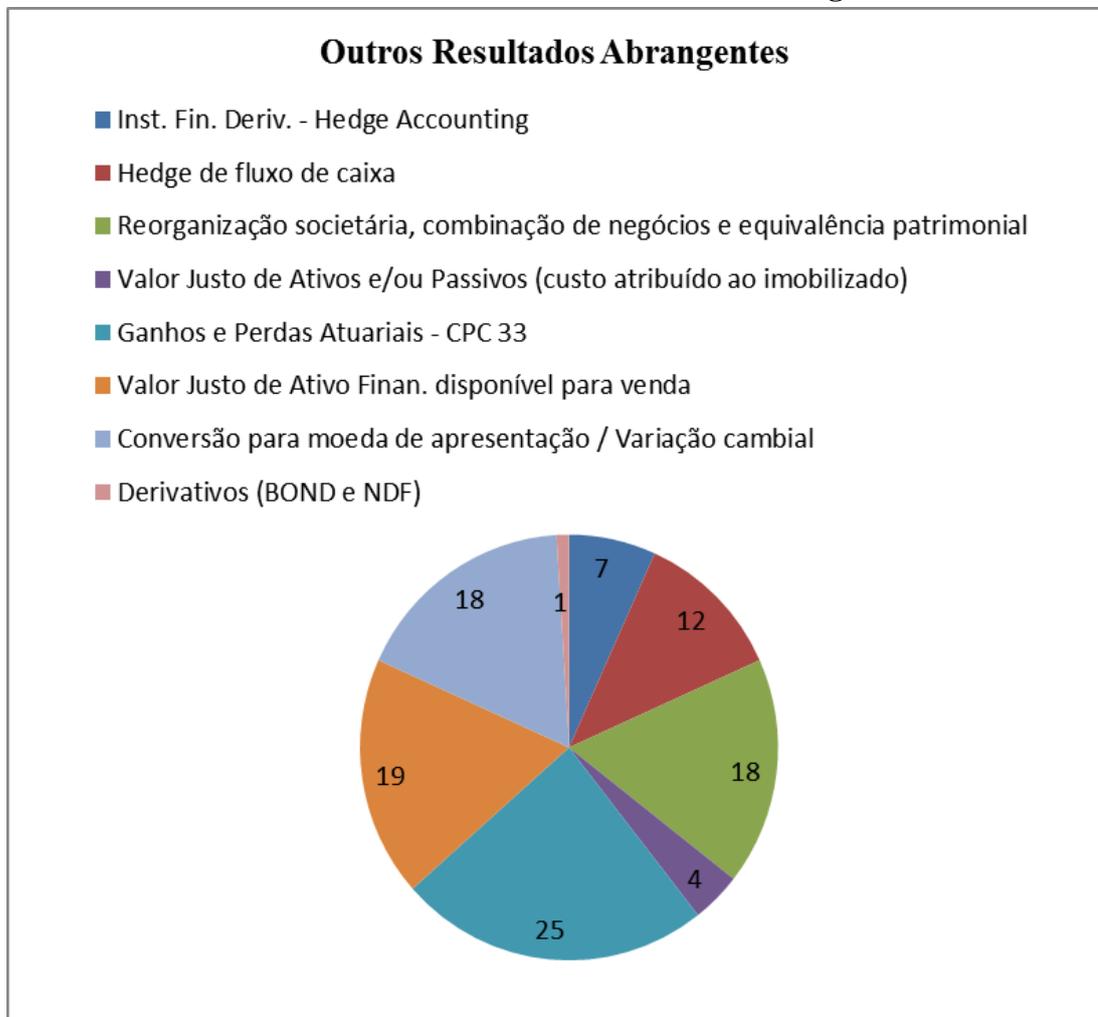
Observou-se que, embora o número de empresas que reconheceram valores nesta conta tenha sido pequeno, os valores que foram contabilizados são relevantes para o total do Patrimônio líquido de cada empresa. O percentual médio de representação da mesma no PL, percebível pelo Gráfico 02, apresenta-se em torno de 9,14% e uma característica semelhante nas empresas que a utilizaram corresponde à presença significativa de operações ou investimentos no exterior.

Encerrando a análise das naturezas que compõem as contas patrimoniais de resultado abrangente e não sendo menos importante que as demais já apresentadas os Outros Resultados

Abrangentes, que registram ganhos e perdas não realizados no período em análise, mas registrados nos balanços deste período das companhias, tiveram como principais naturezas: os ganhos e perdas atuarias em planos de pensão de benefício definido, sendo reconhecidas por 25 das 125 empresas; seguida das naturezas resultantes do ajuste a valor justo de itens do ativo e/ou passivo, com destaque para o custo atribuído ao imobilizado e dos ganhos e perdas decorrentes da conversão das demonstrações contábeis à moeda de apresentação.

As demais naturezas reconhecidas pelas empresas podem ser visualizadas a partir da Gráfico 03 adiante.

Gráfico 03 – Natureza dos RA: Outros Resultados Abrangentes



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

4.3 ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.3.1 Avaliação dos resultados abrangentes das empresas por setor

Na avaliação realizada no patrimônio líquido das empresas selecionadas por setor, coletaram-se os dados referentes ao valor do PL das companhias e consolidou-se por setor, da mesma forma que se aplicou este cálculo para os saldos das contas de resultado abrangente contidas no PL, atribuindo saldo positivo a todas, para que se analisasse a representatividade destes novos elementos patrimoniais, introduzidos pela normatização contábil, por setores de atividades econômicas.

A representatividade destas contas patrimoniais sobre o PL consolidados por setores, já definidos anteriormente nesta pesquisa, apresentou as seguintes proporções:

Tabela 04 – Representatividade do resultado abrangente sobre o patrimônio líquido por setor (Em Mil R\$)

	SETORES	PL consolidado por setor	Resultados abrangentes no PL	TOTAL
1	Comércio em geral	29.391.131	2.079.529	7,08%
2	Agropecuária e alimentos	64.931.055	7.426.718	11,44%
3	Construção Civil	15.755.707	290.178	1,84%
4	Setor regulamentado	161.694.658	8.696.663	5,38%
5	Indústrias	118.022.264	9.299.117	8,07%
6	Serviços em geral e Transporte	15.569.698	1.264.896	8,12%
7	Mineração, Petróleo e Gás	147.730.068	18.872.175	12,77%
8	Diversos	89.708.316	3.807.605	4,24%
	TOTAIS	642.802.897	51.958.859	

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Os resultados apontam que os setores “Mineração, Petróleo e Gás” e de “Agropecuária e Alimentos” apresentaram os maiores percentuais de resultados abrangentes sobre o PL, sendo o primeiro composto neste estudo por 9 empresas, no qual a VALE S.A. encontra-se responsável por 97% de todo o resultado abrangente registrado. Enquanto que no setor 2 a empresa JBS S.A. possui cerca de 31% de todo o resultado abrangente registrado, seguida das empresas MARFRIG GLOBAL FOODS S.A. (25%), SÃO MARTINHO (15%) e SLC AGRÍCOLA (11%), que juntas totalizaram 82% dos resultados abrangentes.

As principais naturezas de RA contabilizadas no PL destas empresas, mesmo com atividades distintas, dizem respeito à Conversão para moeda de apresentação e Variação cambial e Participações ou Reorganizações societárias.

Esses resultados corroboram, em parte, os de Gonzales (2013) que identificou, quando no início da adoção as normas internacionais pelas empresas brasileiras - no exercício de 2010, terem sido as empresas do setor “Agrícola e Alimentício” as que apresentaram valores relativos a outros resultados abrangentes que sobressaem os demais setores por ele analisado, seguido pelo setor de indústria em geral, no qual a Vale S.A. fazia parte. Na conta de Ajustes de Avaliação patrimonial, destacou-se o setor de bancos e atividades financeiras, que não fazem parte do presente trabalho, tendo esta conta patrimonial representado 8% do valor do PL consolidado no setor.

Sugere-se que a diferença nos resultados entre estes estudos pode estar contida em duas razões: Primeiro, neste estudo as variáveis abrangem todas as contas inseridas no PL que representam resultados abrangentes; e Segundo, em relação ao número de empresas que compõem as amostras e suas distribuições por setores.

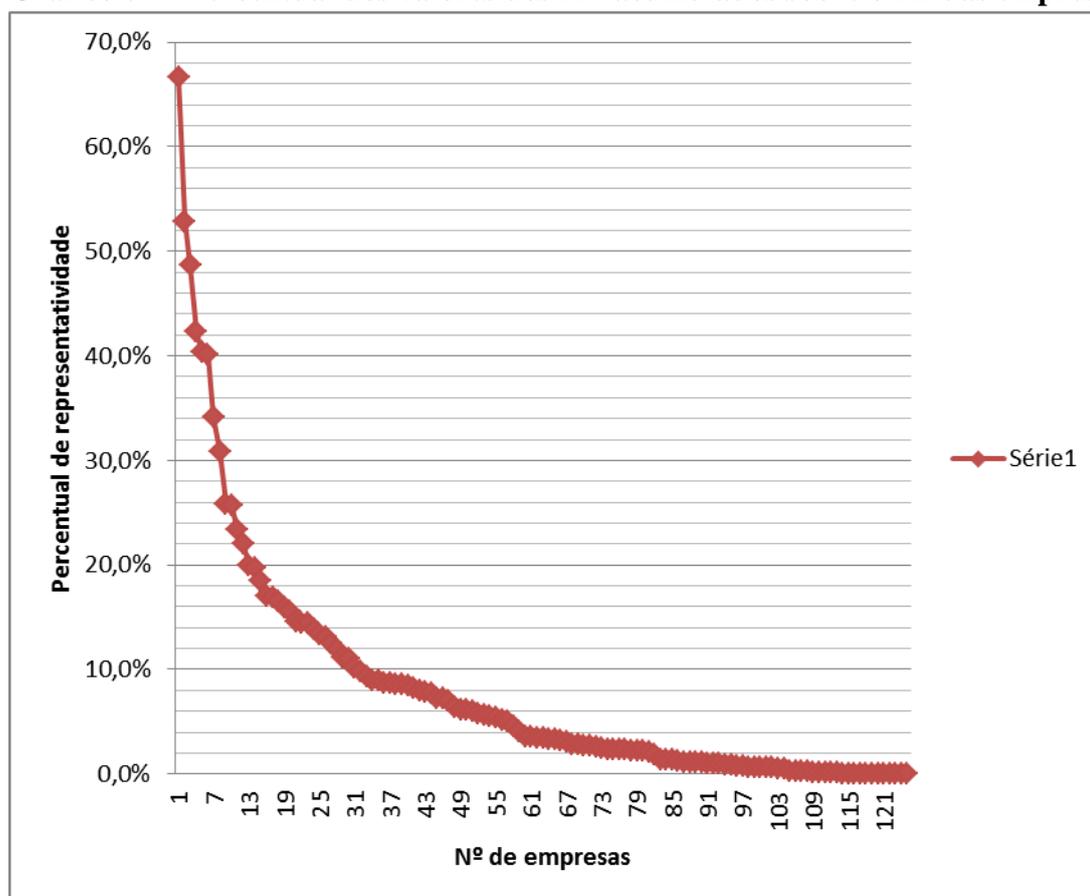
Em contrapartida, constata-se que no setor de construção civil os resultados abrangentes apresentam menor proporcionalidade sobre o total do PL evidenciado, em comparação aos demais setores.

Em relação aos valores dos resultados abrangentes contabilizados no PL, considerando todas as empresas da análise, constata-se que 8% do PL total destas empresas correspondem a resultados abrangentes, ou seja, mutações no PL durante determinado período que não estão relacionados às transações com seus sócios.

4.3.2 Percentual de resultados abrangentes contabilizados no PL das empresas selecionadas

Realizou-se a análise do percentual dos valores das contas patrimoniais Ajustes de Avaliação Patrimonial, Ajustes Acumulados de Conversão e Outros resultados abrangentes sobre o PL, na tentativa de identificar a representatividade desses valores evidenciados como resultados abrangentes em razão do total de capital próprio de cada empresas em estudo, conforme observar-se no gráfico 04.

Gráfico 04 – Percentual dos valores dos RA acumulados sobre o PL das empresas



Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Destaca-se que das 125 empresas em análise 06 possuem mais de 40% do PL representado pelos valores percentuais acumulados das contas patrimoniais que referem-se a resultados abrangentes, entendendo-se por valores percentuais acumulados a soma dos percentuais das conta de RA, respeitando-se seus sinais; e no extremo oposto, tem-se a maioria (94 empresas) com proporções que vão de 0,002% a 10% de representatividade dessas contas sobre o Patrimônio Líquido total do período. Outras 19 empresas registraram RA em percentuais de 10 e 20% do PL e as demais (06) possuem proporcionalmente entre 20% e 30% de resultados abrangentes registrados em seus patrimônios líquidos.

Uma observação examinada e considerada como um fato relevante a este processo de análise vertical das demonstrações contábeis trata-se da presença de prejuízos acumulados com valores consideráveis no período, entre 04 das 06 empresas que acumularam alto percentual de resultado abrangente sobre seu PL.

Na tabela 05 a seguir, são apresentadas as referidas empresas, os valores encontrados nestes elementos, assim como suas proporções em relação ao PL consolidado.

Tabela 05 – Empresas com maiores percentuais de RA sobre PL (em R\$ Mil)

	Empresas	PL cons.	AAP	AAC	ORA	% RA Acum.	Prejuízos Acum.	% de Redução no PL
1	INEPAR	103.084	68.651	0	0	66,60%	-442.626	-81,11%
2	SÃO MARTINHO	2.079.161	1.099.791	0	0	52,90%	0	0,0%
3	GOL	1.218.500	592.968	0	0	48,66%	-2.455.025	-66,83%
4	FORJA TAURUS	145.993	37.483	24.263	0	42,29%	-99.659	-40,57%
5	CCX CARVÃO	209.628	0	84.657	0	40,38%	-617.157	-74,65%
6	SLC AGRÍCOLA	2.137.012	0	0	857.123	40,11%	0	0,0%

Fonte: BM&FBovespa, 2014.

O reconhecimento de resultados abrangentes acumulados nesse período aumentou o valor do patrimônio líquido em todas as empresas apresentadas acima. Os RA acumulados na demonstração se apresentaram com saldos positivos em todas, portanto, diminuindo o impacto dos prejuízos, para as que o contabilizaram, e melhorando ainda os resultados dos índices de estrutura de capital e rentabilidade que possuem o PL como variável.

Esta condição pode ser verificada ao se comparar o índice de Retorno sobre o PL para as duas situações, com a presença dos resultados abrangente no PL e sem a presença dos mesmos, da empresa Forjas Taurus S.A. exibido na Tabela 06 abaixo.

Tabela 06 – Retorno sobre o PL Cia Forjas Taurus S.A. (em R\$ mil)

	2013	2013 ajustado
Lucro Líquido na DRE	-80.310	-80.310
PL	145.993	-
* AAP	37.483	
* AAC	24.263	-
PL ajustado	-	84.247
Retorno s/ PL	-55,0	-95,3

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Os resultados abrangentes constantes nos elementos “Ajustes de Avaliação Patrimonial – AAP” e “Ajustes Acumulados de Conversão – ACC” da respectiva empresa são decorrentes das naturezas, respectivamente, de ajustes no valor do custo atribuído ao ativo imobilizado na data de transição para as demonstrações em padrão IFRS, que só integrarão o resultado do exercício pela depreciação dos itens ou pela alienação, e de todas as diferenças em moeda estrangeira ocasionadas na conversão das demonstrações contábeis de operações no exterior. A presença dos mesmos aumentou o PL da empresa e, conseqüentemente,

ocasionou uma melhora no índice analisado, refletindo que o “retorno”, que por ora encontra-se negativo, seria ainda mais negativo se não existisse o reconhecimento dos RA.

Da mesma forma, os saldos negativos de RA impactam nos indicadores econômico-financeiros, visto que reduzem o PL e, desta forma, alteram os resultados destes indicadores, ressaltando que, de maneira geral, diminui o valor definido como capital próprio da companhia, a exemplo do que ocorreu com a Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D, no exercício 2013, no qual seu resultado abrangente apresenta-se com saldo acumulado negativo, representando 34,19% do PL, segundo pode-se perceber a partir da Tabela 07.

Tabela 07 – Índice Capital Terceiros sobre Passivo total + PL (em R\$ Mil)

	2013	2013 ajustado
Passivo Total	2.486.241	2.486.241
Passivo Circulante	1.212.085	1.212.085
Passivo Não circulante	1.274.156	1.274.156
PL	511.341	-
* ORA	-174.838	-
PL ajustado	-	686.179
PCT	82,9%	78,4%

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

O índice aponta que 82,9% de todo o capital da companhia encontra-se registrado no passivo, sendo este representado por capitais de terceiros. Todavia, após ajustar o PL, que representa o capital próprio da companhia, excluindo-se os resultados abrangentes do período, no total de R\$ 174.838 mil, que se encontram registrados na conta patrimonial “Outros resultados abrangentes” e têm como natureza oriunda de ativos financeiros não derivativos disponíveis para venda e ganhos e perdas atuariais sobre planos de benefícios, assim como os impostos diferidos relacionados a esses itens patrimoniais, o PL aumentou de R\$ 511.341 mil para R\$ 686.179 mil. Portanto, o respectivo índice, que apura a proporção de quanto os recursos externos da empresa financiam os recursos totais disponíveis, diminuiu em 4,5 pontos percentuais a dependência em financiar os recursos totais da empresa mediante capital de terceiros.

4.4 REFLEXOS NOS IEF DECORRENTES DO RECONHECIMENTO DE RESULTADOS ABRANGENTES NO PL

A literatura indica que a adoção das *International Financial Reporting Standards* influencia as demonstrações financeiras das organizações, no entanto, poucos pesquisadores utilizam evidências empíricas para descrever efetivamente o reflexo dessa adoção sobre números da contabilidade e sobre os indicadores financeiros utilizados pelos usuários dessas informações (MARTINS; PAULO, 2010).

A Tabela 08 demonstra as estatísticas descritivas dos indicadores econômico-financeiros calculados da maneira adotada em análises econômico-financeiras hoje no Brasil e na linha seguinte a cada indicador, segue o respectivo indicador recalculado, excluindo-se os resultados abrangentes que se encontram registrados no PL das empresas no período da análise, resultados estes não realizados no exercício.

Tabela 08 – Estatísticas Descritivas dos Indicadores Econômico-Financeiros

Item	Indicadores	N	Média	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
01	GPL	125	2,4048	2,9479z3	-1,00	13,80
	GPL ₍₂₎	125	3,8032	14,10873	-1,10	154,50
02	ROE	125	0,9360	46,71734	-256,20	178,20
	ROE ₍₂₎	125	-13,8296	143,13572	-1374,40	176,50
03	PCT	125	61,0904	28,65274	11,90	283,30
	PCT ₍₂₎	125	62,2504	28,84684	12,30	288,30
04	PASS.PL.	125	233,7728	340,46282	-353,80	3072,00
	PASS.PL. ₍₂₎	125	413,9840	1652,56621	-388,70	16253,10
05	DIV.FIN.	125	0,3501	0,90036	-1,34	8,88
	DIV.FIN. ₍₂₎	125	0,5867	2,51452	-1,47	26,58

GPL₍₂₎, Índice do GPL recalculado; ROE₍₂₎, Índice do ROE recalculado; PCT₍₂₎, Índice do PCT recalculado; PASS.PL.₍₂₎, Índice do PASS.PL recalculado; DIV.FIN.₍₂₎, Índice do DIV.FIN. recalculado.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Ao analisar-se o desvio padrão dos indicadores, evidencia-se que o índice de capitais de terceiros em relação ao financiamento total dos recursos foi o que apresentou maior discrepância de valores entre os calculados por este estudo e o indicador de Dívidas Financeiras teve menor desvio padrão. Diante dos dados acima construiu-se a Tabela 09 a seguir, para se comparar as médias encontradas para os indicadores antes e após os ajustes efetuados no PL para cálculo dos mesmos.

Tabela 09 – Comparação das médias dos Indicadores Econômico-Financeiros antes e após os ajustes no PL

Média do Indicador (a)	Média do Indicador Recalculado (b)	Diferença (b - a)
GPL	GPL₍₂₎	1,3984
2,4048	3,8032	
ROE	ROE₍₂₎	-14,7656
0,936	-13,8296	
PCT	PCT₍₂₎	1,16
61,0904	62,2504	
PASS.PL.	PASS.PL.₍₂₎	180,2112
233,7728	413,984	
DIV.FIN.	DIV.FIN.₍₂₎	0,2366
0,3501	0,5867	

(2) – Indicador recalculado

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Percebeu-se que o ROE foi o único indicador que teve sua média variando negativamente em -14,76 pontos após ser recalculado, tendo os demais apresentado variação positiva. Destaca-se o IEF 4, que calcula o capitais de terceiros em relação ao financiamento total dos recursos da entidade, com maior variação positiva, representando um aumento médio de 180,21 pontos, seguido pelas variações dos índices de Giro do PL (1,39) e da Participação de Capital de terceiros (1,16). Sendo Dívidas Financeiras sobre o PL o menor índice a variar na amostra, atingindo uma variação de 0,24 pontos.

Para se verificar a normalidade dos dados, comparando-se a distribuição do conjunto de resultados observados na amostra para os cinco indicadores antes e após ser procedido os ajustes, aplicou-se o teste *Kolmogorov Smirnov* (K-S).

Os resultados do referido teste *Kolmogorov Smirnov* (K-S), conforme estão expostos na Tabela 10 abaixo, apontaram que os dados de todos os 10 índices não apresentaram normalidade.

Tabela 10 - Teste estatístico de *Kolmogorov Smirnov*

Indicadores	GPL	GPL ₍₂₎	ROE	ROE ₍₂₎	PCT	PCT ₍₂₎	PASS.PL.	PASS.PL. ₍₂₎	DIV.FIN.	DIV.FIN. ₍₂₎
Significância	.000	.000	.000	.000	.036	.021	.000	.000	.000	.000
Decisão	Rejeitar a Hipótese de normalidade									
(2) – Indicador recalculado										

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Observa-se ainda que, como o maior valor do p-Valor foi de 0,036 e, portanto, para todos os itens testados o p-Valor mostrou-se inferior ao nível de significância adotado ($\alpha=0,05$), rejeitou-se a hipótese nula de normalidade da distribuição dos itens e refutou-se a possibilidade de utilizar-se o teste *t* de *Student*.

Diante destes pressupostos, aplicou-se o teste não paramétrico de Wilcoxon para se analisar se os reflexos decorrentes do reconhecimento dos resultados abrangentes são significantes nos índices econômico-financeiros analisados por este trabalho, relativos à estrutura de capital e rentabilidade das companhias que compõem a amostra.

A estatística apresentada na Tabela 11 obtida pelo teste de Wilcoxon revela que quatro indicadores apresentaram diferença estatisticamente significativa decorrentes do reconhecimento de resultados abrangentes contabilizados no patrimônio líquido das companhias.

Tabela 11 – Teste estatístico de Wilcoxon

Test Statistics ^(a)					
	GPL2 - GPL	ROE2 - ROE	CT2 - CT	PASSPL2 - PASSPL	DIVFIN2 - DIVFIN
Z	-3,403 ^b	-1,720 ^b	-4,756 ^b	-4,140 ^b	-3,715 ^b
Asymp. Sig. (2-tailed)	,001	,086	,000	,000	,000

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.

Fonte: Dados da pesquisa, 2014.

Sendo assim, a hipótese nula (H_0) de que não existem mudanças significativas entre os índices econômico-financeiros relativos à estrutura de capital e rentabilidade, decorrentes do reconhecimento de resultados abrangentes no patrimônio líquido da companhia, apresenta valor $p < 0,05$, o que aponta indícios de diferenças significativas e, desta forma, será rejeitada para os índices de Giro sobre o PL, Participação de capital de terceiros, Passivo sobre o Total de Recursos da empresa (CT+CP) e percentual de Dívida Financeira sobre o PL. Apenas o ROE, para um nível de significância de 0,05, não apresentou diferença significativa nos seus resultados.

Os resultados alcançados pelo presente estudo, acerca das naturezas dos resultados abrangentes e seus reflexos nos IEF decorrentes de seu reconhecimento no PL nas demonstrações contábeis, indicam que esses podem interferir expressivamente na interpretação dos indicadores de estrutura de capital e rentabilidade pelos os usuários da contabilidade, visto que as variáveis utilizadas atualmente no cálculo destes indicadores

podem não refletir a realidade da companhia quanto à rentabilidade econômica dos recursos aplicados e a correta identificação da estrutura disponível para financiar as operações e ativos da companhia, devido à presença de receitas e despesas contabilizadas como recursos próprios que não se realizaram no resultado do período e que podem nunca vir a se realizarem.

A recente adoção das normas contábeis acerca do assunto ou a falta de conhecimento por parte dos profissionais podem ser a explicação para a dificuldade encontrada na execução do trabalho, quando se buscou identificar algumas naturezas de RA reconhecidos contabilmente nos balanços pelas empresas, caracterizando a baixa qualidade dessas informações evidenciadas nas notas explicativas disponíveis aos usuários.

Assim sendo, apresenta-se a seguir as principais considerações sobre o estudo realizado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como objetivo principal, este trabalho buscou conhecer a natureza dos resultados abrangentes contabilizados no patrimônio líquido das companhias listadas nos segmentos de governança corporativa da BM&FBovespa, no exercício de 2013, e os reflexos nos índices econômico-financeiros de estrutura de capital e rentabilidade destas companhias decorrentes de seu reconhecimento nas demonstrações contábeis.

Constatou-se que as naturezas reconhecidas como resultados abrangentes estão presentes em três contas contábeis no balanço patrimonial, quais sejam: Ajustes de Avaliação Patrimonial, Ajustes Acumulados de Conversão e Outros Resultados Abrangentes.

Mediante a análise de conteúdo nas notas explicativas das companhias, identificaram-se dez naturezas de RA, que estavam expressas com nomenclaturas do tipo: participação ou reorganização societária, combinação de negócios e/ou equivalência patrimonial; pagamento baseado em ações; valor justo de ativos e/ou passivos (custo atribuído ao imobilizado); ganhos e perdas atuariais; Instrumento Financeiro de Derivativo - *Hedge Accounting*; Hedge de Fluxo de Caixa; valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda; Derivativos (BOND e NDF); bônus de subscrição de debêntures; e conversão para moeda de apresentação / Variação cambial.

Identificou-se também que grande parte das empresas reconheceram as naturezas dos resultados abrangentes de forma intrinsecamente relacionada aos definidos pelas normas contábeis emitidas nos pronunciamentos técnicos contábeis do CPC, entretanto, percebeu-se que ainda falta entendimento acerca de algumas naturezas de resultados abrangentes, pela dificuldade dos profissionais em evidenciar essas informações em notas explicativas, tornando genérico o seu reconhecimento nas demonstrações contábeis, dificultando a qualidade da informação contábil ao usuário.

Verificou-se, subsequentemente que, ao se comparar os indicadores de estrutura de capital e rentabilidade que possuem o PL como variável, calculados pelo método tradicional de suas fórmulas e após ajustar os respectivos indicadores, excluindo os resultados abrangentes reconhecidos no PL, sejam estes valores positivos e/ou negativos, obteve-se impactos significativos, que reduziram ou aumentaram os resultados dos IEF, conforme cada caso específico. Estes resultados reforçaram a importância de se estudar os reflexos nos índices econômico-financeiros decorrentes do reconhecimento e acúmulo de valores dos resultados abrangentes no balanço patrimonial das companhias.

Outrossim, ao se analisar estatisticamente a significância destes reflexos para os IEF, os resultados encontrados na aplicação dos testes demonstraram não haver normalidade entre os itens da distribuição, constatou-se, não obstante, a existência de diferenças significativas entre os índices de Giro sobre o PL, Participação de capital de terceiros, Passivo sobre o Total de Recursos da empresa (CT+CP) e percentual de Dívida Financeira sobre o PL, antes e após os ajustes procedidos no PL decorrentes do reconhecimento de resultados abrangentes neste. Apenas o indicador do ROE não apresentou diferença significativa nos seus resultados ao se comparar as duas amostras correspondentes.

É preciso, contudo, destacar que os resultados dessa pesquisa limitam-se às companhias dos segmentos de governança corporativa da BM&FBovespa, no exercício 2013, onde alerta-se, desta forma, que tais resultados não devem ser estendidos às demais companhias abertas brasileiras que não foram analisadas nesta oportunidade. Salienta-se que a principal metodologia utilizada como coleta de dados, a análise de conteúdo, é considerada subjetiva a estudos científicos.

No entanto, esta pesquisa contribui para uma reflexão acerca das variáveis contábeis que estão compondo os cálculos dos IEF podendo subsidiar os usuários da contabilidade com informações relevantes a serem consideradas em suas análises das demonstrações contábeis após a convergência das Normas Brasileiras de contabilidade aos padrões IFRS, assim como despertar acadêmicos para novos estudos acerca do tema.

Espera-se, sobretudo, que esta pesquisa contribua para o estudo sobre resultados abrangentes evidenciados no patrimônio líquido, haja vista o limitado número de trabalhos publicados acerca do assunto.

Os resultados apresentados não representam respostas definitivas ao problema investigado, sugerindo-se, para estudos futuros, que seja expandida a amostra analisada e utilizadas outras metodologias de análise.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BARTH, Mary E.; LANDSMAN, Wayne R.; e LANG, Mark H. **International accounting standards and accounting quality**. Stanford University Graduate School of Business Research Paper. N. 1976. September, 2007. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=688041>. Acesso em: 16 out. 2014.

BEUREN, Ilse Maria (Org). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

BIDDLE, Gary. C.; CHOI, Jong-Hag. **Is Comprehensive Income Useful?** Journal of Contemporary Accounting & Economics, Vol. 2, No 1, p.1-32, Jun. 2006.

BM&FBOVESPA. **Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo**. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/>> Acesso em: 12 jan. 2014.

BRASIL. **Lei Nº 11.941, de 27 de maio de 2009**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/11941.htm >. Acesso em: 10 set. 2014

_____. **Lei Nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2014.

_____. **Lei Nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <<https://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 set. 2014.

CHECON, Bianca Quirantes. **Resultado abrangente: formato de apresentação, maturação e os impactos na decisão de investimento**. São Paulo, 2013. 130 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

COELHO, Antônio Carlos; CARVALHO, Luiz Nelson. **Análise Conceitual de Lucro Abrangente e Lucro Operacional corrente: Evidências no setor Financeiro Brasileiro**. Brazilian Business Review. Vol. 4, No. 2, Vitória-ES, Brasil – Mai/ Ago 2007.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – **Apresentação das Demonstrações Contábeis**. Brasília, 2 de dezembro de 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediagroup.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2006.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R1), 02 de dezembro de 2011. **Estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de Relatório Contábil-Financeiro**. Disponível em: <http://static.cpc.medialogroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 21 set. 2014.

_____. **A Busca da Convergência da Contabilidade aos Padrões Internacionais – Janeiro de 2009**. Disponível em: http://www.cpc.org.br/pdf/Livreto_CPC_atualizado_230507.pdf. Acesso em: 30 dez. 2013.

COSTA, Patrícia de Souza; GOMES, Gilvania de Sousa; ROSA, Neilson Alves; BATALHONE, Pammella Paiva. Análise da Relação entre a Percepção Inicial e Final dos Discentes sobre as Disciplinas Iniciais de Contabilidade. *In: IV Encontro de Ensino e pesquisa em Administração e Contabilidade – EnEPQ. Anais...* Brasília – DF. Nov. 2013. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnEPQ/enepq_2013/2013_EnEPQ236.pdf> Acesso em: 20 de ago. de 2014.

COSTA, Thiago de Abreu; ALMEIDA, Sidmar Roberto Vieira; COUTINHO E SILVA, Adolfo Henrique. **Uma Análise dos Impactos da Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil**: um Estudo de Empresas de Capital Aberto no Setor de Bebidas, Alimentos e Comércio. *Pensar Contábil*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 56, p. 4 - 13, jan./abr. 2013.

CORDAZZO, Michela. **The impact of IAS/IFRS on accounting practices**: evidence from Italian listed companies. 2007. Disponível em: <<http://www.hec.unil.ch/urccf/seminar/Michela%20Cordazzo%20-%20Dec07.pdf>>. Acesso em: 13 de jan de 2014.

COUTINHO E SILVA, Adolfo Henrique; LAURENCEL, Luiz da Costa; ALMEIDA, Sidmar Roberto Vieira; SOUZA, Silvestre de Mello de; COSTA, Thiago de Abreu. **Contabilidade sobre o lucro líquido e o patrimônio líquido das empresas do setor têxtil**. *RIC - Revista de Informação Contábil - ISSN 1982-3967 - Vol. 7, no 2, p. 01-18, Abr-Jun/2013*.

CR2, Empreendimentos Imobiliários S.A. Demonstrações Contábeis 2013. Disponível em: <<http://www.bmfbovespa.com.br/cias-listadas/empresas-listadas/ResumoDemonstrativosFinanceiros.aspx?codigoCvm=20630&idioma=pt-br>>. Acesso em: 16 de out. de 2014.

CUNHA, Paulo Roberto da; SANTOS, Vanderlei dos; HEIN, Nelson; LYRA, Ricardo Luiz Wüst Corrêa de. **Reflexos da Lei n.º 11.638/07 nos indicadores contábeis das empresas têxteis listadas na BM&FBovespa**. *REPeC – Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, ISSN 1981-8610, Brasília, v. 7, n. 2, art. 1, p. 112-130, abr./jun. 2013.

DHALIWAL, D; SUBRAMANYAM, K. R.; TREVEZANT, R. **Is comprehensive income superior to net income as a measure of firm performance?** *Journal of Accounting and Economics*, Los Angeles, v. 26, p. 43-67, jan. 1999.

DORNELLES, Matheus Tumelero; MANGANELI, Marineiva Teresinha de Melo; LOS, Geovana Zimmermann; SEVERO, Patrícia Schneider. As Variações do Patrimônio Líquido na Evidenciação das Demonstrações Financeiras Padronizadas pela Implantação das Leis

11.638/07 e 11.941/09: um estudo no segmento siderúrgico da BM&FBOVESPA. *In XVI SEMEAD - Seminários em Administração FEA-USP. Anais...* São Paulo. Out. 2013.

EPSTEIN, B. J.; NACH, R.; BRAGG, S. M. **GAAP Interpretation and Application of Generally Accepted Accounting Principles**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2006.

FERNÁNDEZ, Francisco Sousa; ARANA, María M. Carro. **Effects Of Comprehensive Income On ROE In A Context Of Crisis: Empirical Evidence For IBEX-35 Listed Companies (2004-2008)**. *International Business & Economics Research Journal*. v. 9, n. 1, Jan. 2010.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. **Statement of Financial Accounting Standards - SFAS 3: Elements of financial statements of business enterprises**, Dec. 1980. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. **Statement of Financial Accounting Standards - SFAS 6: Elements of financial statements - a replacement of FASB concepts statement no. 3 (incorporating an amendment of FASB concepts statement no. 2)**, Dec. 1985. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

FINANCIAL ACCOUNTING STANDARD BOARD – FASB. **Statement of Financial Accounting Standards - SFAS 130: Reporting Comprehensive Income**, Jun. 1997. Disponível em: <<http://www.fasb.org>>. Acesso em: 19 dez. 2013.

FURUTA, Fernanda; BISPO, Jorge de Souza; VIEIRA, Patrícia dos Santos. **Convergência Internacional: Nível de disclosure e impacto de inovações legais sobre o Patrimônio Líquido e o resultado das grandes empresas instaladas no Brasil**. In: CONGRESSO USP-FIPECAFI, XX, 2010, São Paulo. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.congressosp.fipecafi.org.br>>. Acesso em: 03 jan. 2014.

GABRIEL, F.; ASSAF NETO, A.; CORRAR, L. J. **O Impacto do Fim da Correção Monetária no Retorno Sobre o Patrimônio Líquido dos Bancos Brasileiros**. *Revista de Administração*, São Paulo, v.40, n.1, p.44-54, jan./fev./mar. 2005.

GIL. A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, João Constantino; BATISTA, Breno L. L.; MACEDO, Marcelo A. da Silva; MARQUES, José Augusto V. da C. **Análise do impacto do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no Brasil: um estudo com base na relevância da informação contábil**. *Revista Universo Contábil - FURB*, Blumenau, v. 10, n. 3, p. 25-43, jul./set., 2014.

GONZALES, Alexandre. **Alterações no Patrimônio Líquido a partir de 2010 e a percepção dos docentes de contabilidade**. São Paulo, 2013. 188 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

HIRST, D. Eric; HOPKINS, Patrick E., **Comprehensive Income Disclosures and Analysts' Valuation Judgments**. Journal of Accounting Research. Vol. 36, p. 47-75, Mar. 1998. Disponível em: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=63588>. Acesso em: 21 Ago. 2014.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Análise de Balanços: Análise de Liquidez e do Endividamento**, Análise de Giro, Rentabilidade e Alavancagem Financeira. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARTINS, Eliseu; GELBCKE, Ernesto Rubens; SANTOS, Ariovaldo dos. **Manual de contabilidade societária**. São Paulo: Atlas, 2010.

LIN, Wang; RONG, Men. **Impacts of other comprehensive income disclosure on earnings management**. Nankai Business Review International, Vol. 3, No. 1. 2012. pp. 93-101 Disponível em: <www.emeraldinsight.com/2040-8749.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

LOPES, M. V.; CONRADO, S. **Demonstração de resultados abrangentes**. Revista Capital Aberto, São Paulo, v. 7, n. 80, p. 49, abr. 2010.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. Teoria da Contabilidade: Uma nova abordagem. São Paulo: Atlas, 2012.

LYRA, Ricardo Luiz Wüst Corrêa de. **Análise hierárquica dos indicadores contábeis sob a óptica do desempenho empresarial**. São Paulo, 2008. 171 f. Tese (Doutorado em Controladoria e Contabilidade) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MADEIRA, Fabio Lopes; COSTA JUNIOR, Jorge Vieira da. **Value relevance dos outros resultados abrangentes nas companhias abertas brasileiras**. In: VIII Congresso Anpcont, **Anais...** Rio de Janeiro, Ago. 2014. Disponível em: <http://www.furb.br/_upl/files/especiais/anpcont/2014/44_3.pdf>. Acesso em: 10 de out. de 2014.

MAINES, L. A.; McDANIEL, L. S. **Effects of Comprehensive Income Characteristics on Nonprofessional Investors' Judgments: the role of financial-statement presentation format**. The Accounting Review, Vol. 75, No. 2, p. 179-208, Abr. 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

MARTINS, Orleans Silva; PAULO, Edilson. **O reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil**. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 4, nº. 9, pp. 30-54, mai-ago de 2010.

MARTINS, Gilberto de Andrade; THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo, Atlas, 2009.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de balanço: abordagem básica e gerencial**. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MOTA, Renato H. Gurgel. **Capacidade preditiva das informações contábeis com a adoção da IFRS**: um estudo em empresas não financeiras do setor regulado brasileiro com ações listadas na BM&FBovespa. 2012. 96 f. Dissertação (Mestrado) – Programa Multi-institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN, Natal, 2012.

MOURA, André Aroldo Freitas de; COELHO, Antônio Carlos Dias. Impacto de mudanças em padrões contábeis em indicadores de endividamento de firmas: evidências no Brasil. **In: XXXVIII Encontro da ANPAD. Anais.** Rio de Janeiro-RJ, set. 2014.

PANDIT, Ganesh M.; RUBENFIELD, Allen.; PHILLIPS, Jeffrey J. **Current NASDAQ corporation methods of reporting comprehensive income.** American Journal of Business, v. 21, n.1, p. 13-20, 2006.

PEREIRA Ednei Morais. **Avaliação do nível de conhecimento dos discentes sobre normas contábeis internacionais face ao processo de convergência do IASB** - uma análise nas instituições de ensino do Distrito Federal. Dissertação (Mestrado) Programa Multi-institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN, Brasília, 2011.

PINHEIRO, Laura Edith Taboada; MACEDO, Rodney Pereira de; VILAMAIOR, Adriana Giarola. **Lucro líquido versus lucro abrangente**: uma análise empírica da volatilidade. Revista Universo Contábil, FURB, Blumenau, v. 8, n. 4, p. 06-18, out./dez., 2012.

RESENDE, L. L.; PINHEIRO, L. E. T.; MAIA, S. C. As diferentes formas de mensuração do lucro e o reflexo no ROE das empresas que aderiram ao padrão IFRS. **In: CONGRESSO SEMEAD, 2011, São Paulo. Anais...** São Paulo: FEA/USP, 2011. Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br/semead/14semead/resultado/trabalhosPDF/244.pdf>

RESS, Lynn L.; SHANE, Philip B. Academic research and standard-setting: the case of other comprehensive income. *Accounting Horizons*, v. 26, n. 4, p. 789-815, 2012.

RIBEIRO, Maitê Garcia Cruz; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva, MARQUES, José Augusto Veiga da Costa Marques. **Análise da relevância de indicadores financeiros e não financeiros na avaliação de desempenho organizacional**: um estudo exploratório no setor brasileiro de distribuição de energia elétrica. Revista de Contabilidade e Organizações, vol. 6 n. 15 (2012) p. 60-79, mai-ago 2012.

SANTOS, Edilene Santana. Análise dos Impactos dos CPCs da Primeira Fase de Transição para o IFRS no Brasil: Um Exame dos Ajustes aos Resultados nas DFPs de 2008. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 15, p. 23-43, 2012.

SANTOS, Edilene Santana; CALIXTO, Laura. Impactos do Início da Harmonização Contábil Internacional (Lei 11.638/07) nos Resultados das Empresas Abertas. ERA-eletrônica, São Paulo, v. 9, n. 1, Jun. 2010.

SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade societária.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

SILVA FILHO, Augusto Cezar da Cunha e; MARTINS, Vinícius Gomes; MACHADO, Márcio André Veras. **Adoção do valor justo para os ativos biológicos**: análise de sua relevância em empresas brasileira. Revista Universo Contábil, ISSN 1809-3337, FURB, Blumenau, v. 9, n. 4, p. 110-127, out./dez., 2013.

SOUTES, Dione Olesczuk; SCHVIRCK, Eliandro. Formas de Mensuração do Lucro e os Reflexos no Cálculo do ROA. BBR - Brazilian Business Review, Vitória-ES, vol. 3, nº. 1, p. 74-87, Jan-Jun. 2006.

STEVENSON, William J.; tradução Alfredo Alves de Farias. Estatística aplicada à administração. – São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981.

TAVARES, Adilson de Lima. **A eficiência da análise financeira fundamentalista na previsão de variações no valor da empresa**. 2010. 182 f. Tese (Doutorado em ciências contábeis) – Programa Multi-institucional e Interregional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da UnB, UFPB e UFRN, Natal, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A – Listagem das companhia abertas que compõem a amostra

Tabela A1 - Listagem das companhias de capital aberto

NOME	MERCADO				
Itus S/A	MA	Marcopolo	N2	Eneva	NM
Biommm	MA	Multiplan	N2	Equatorial	NM
Cabambiental	MA	Renova	N2	Estacio Part	NM
Desenvix	MA	Santos Brp	N2	Eternit	NM
Lfparticip	MA	Saraiva Livr	N2	Even	NM
Nortcquimica	MA	Taesa	N2	Eztec	NM
Nutriplant	MA	Viavarejo	N2	Fer Heringer	NM
Quality Soft	MA	Aliansce	NM	Fibria	NM
Senior Sol	MA	All Amer Lat	NM	Fleury	NM
Alpargatas	N1	Anima	NM	Gafisa	NM
Bradespar	N1	Arezzo Co	NM	Generalshopp	NM
Braskem	N1	Arteris	NM	Grendene	NM
Cedro	N1	B2W Digital	NM	Helbor	NM
Ceee-D	N1	Bematech	NM	Hrt Petroleo	NM
Ceee-Gt	N1	BHG	NM	Hypermarcas	NM
Cemig	N1	Biosev	NM	Ideiasnet	NM
Cesp	N1	BR Brokers	NM	Iguatemi	NM
Copel	N1	BR Malls Par	NM	Imc Holdings	NM
Eletrbras	N1	BR Pharma	NM	Inds Romi	NM
Eucatex	N1	BR Propert	NM	Iochnp-Maxion	NM
Ferbasa	N1	Brasilagro	NM	JBS	NM
Fras-Le	N1	BRF SA	NM	JHSF Part	NM
Gerdau	N1	Brookfield	NM	JSL	NM
Gerdau Met	N1	CCR SA	NM	Kroton	NM
Inepar	N1	Ccx Carvao	NM	Le Lis Blanc	NM
Itausa	N1	Cia Hering	NM	Light S/A	NM
Mangels Indl	N1	Cielo	NM	Linx	NM
Oi	N1	Copasa	NM	Localiza	NM
P.Acucar-Cbd	N1	Cosan	NM	Locamerica	NM
Randon Part	N1	CPFL Energia	NM	Log-In	NM
Suzano Papel	N1	CPFL Renovav	NM	Lojas Marisa	NM
Tran Paulist	N1	Cr2	NM	Lojas Renner	NM
Usiminas	N1	Cremer	NM	Lopes Brasil	NM
Vale	N1	Csu Cardsyst	NM	Lupatech	NM
Abril Educa	N2	Cvc Brasil	NM	M.Diasbranco	NM
Alupar	N2	Cyre Com-Ccp	NM	Magaz Luiza	NM
Celesc	N2	Cyrela Realt	NM	Magnesita SA	NM
Contax	N2	Dasa	NM	Marfrig	NM
Eletropaulo	N2	Direcional	NM	Metal Leve	NM
Forja Taurus	N2	Duratex	NM	Metalfrio	NM
Gol	N2	Ecorodovias	NM	Mills	NM
Klabin S/A	N2	Embraer	NM	Minerva	NM
		Energias BR	NM	MMX Miner	NM

MRV	NM
Multiplus	NM
Natura	NM
Odontoprev	NM
OGX Petroleo	NM
OSX Brasil	NM
Paranapanema	NM
PDG Realt	NM
Portobello	NM
Positivo Inf	NM
Profarma	NM
Providencia	NM
Prumo	NM
Qgep Part	NM
Qualicorp	NM
RaiaDrogasil	NM
Renar	NM

Rodobensimob	NM
Rossi Resid	NM
Sabesp	NM
Sao Carlos	NM
Sao Martinho	NM
Ser Educa	NM
Sierrabrasil	NM
SLC Agricola	NM
Smiles	NM
Springs	NM
Technos	NM
Tecnisa	NM
Tegma	NM
Tempo Part	NM
Tereos	NM
Tim Part S/A	NM
Time For Fun	NM

Totvs	NM
Tractebel	NM
Trisul	NM
Triunfo Part	NM
Tupy	NM
Ultrapar	NM
Unicasa	NM
V-Agro	NM
Valid	NM
Vigor Food	NM
Viver	NM
Weg	NM

Apêndice B – Resultados dos testes estatísticos

Figura A1 – Análise descritiva das variáveis

		Statistics									
		GPL	GPL2	ROE	ROE2	CT	CT2	PASSPL	PASSPL2	DIVFIN	DIVFIN2
N	Valid	125	125	125	125	125	125	125	125	125	125
	Missing	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mean		2,4048	3,8032	,9360	-13,8296	61,0904	62,2504	233,7728	413,9840	,3501	,5867
Median		1,4000	1,5000	5,4000	6,3000	60,1000	62,1000	144,7000	160,5000	,1700	,1800
Std. Deviation		2,94793	14,10873	46,71734	143,13572	28,65274	28,84684	340,46282	1652,56621	,90036	2,51452
Minimum		-1,00	-1,10	-256,20	-1374,40	11,90	12,30	-353,80	-388,70	-1,34	-1,47
Maximum		13,80	154,50	178,20	176,50	283,30	288,30	3072,00	16253,10	8,88	26,58

Figura A2 - Teste de Normalidade dos itens

Hypothesis Test Summary				
	Null Hypothesis	Test	Sig.	Decision
1	The distribution of GPL is normal with mean 2,40 and standard deviation 2,95.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,000	Reject the null hypothesis.
2	The distribution of GPL2 is normal with mean 3,80 and standard deviation 14,11.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,000	Reject the null hypothesis.
3	The distribution of ROE is normal with mean 0,94 and standard deviation 46,72.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,000	Reject the null hypothesis.
4	The distribution of ROE2 is normal with mean -13,83 and standard deviation 143,14.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,000	Reject the null hypothesis.
5	The distribution of CT is normal with mean 61,09 and standard deviation 28,65.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,036	Reject the null hypothesis.
6	The distribution of CT2 is normal with mean 62,25 and standard deviation 28,85.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,021	Reject the null hypothesis.
7	The distribution of PASSPL is normal with mean 233,77 and standard deviation 340,46.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,000	Reject the null hypothesis.
8	The distribution of PASSPL2 is normal with mean 413,98 and standard deviation 1.652,57.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,000	Reject the null hypothesis.
9	The distribution of DIVFIN is normal with mean 0,35 and standard deviation 0,90.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,000	Reject the null hypothesis.
10	The distribution of DIVFIN2 is normal with mean 0,59 and standard deviation 2,51.	One-Sample Kolmogorov-Smirnov Test	,000	Reject the null hypothesis.

Asymptotic significances are displayed. The significance level is ,05.

Quadro A1 – Teste da diferença de médias.

Test Statistics ^a					
	GPL2 - GPL	ROE2 - ROE	CT2 - CT	PASSPL2 - PASSPL	DIVFIN2 - DIVFIN
Z	-3,403 ^b	-1,720 ^b	-4,756 ^b	-4,140 ^b	-3,715 ^b
Asymp. Sig. (2-tailed)	,001	,086	,000	,000	,000

a. Wilcoxon Signed Ranks Test

b. Based on negative ranks.